

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:
SAÚDE MENTAL E PRÁTICAS SOCIAIS**

Juliana da Silva Ávila

**MULHERES TRABALHADORAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE
SOCIAL**

Santa Cruz do Sul
2022

Juliana da Silva Ávila

**MULHERES TRABALHADORAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE
SOCIAL**

Trabalho Final de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado Profissional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC como requisito parcial para o título de Mestra em Psicologia

Orientadora: Prof. Dra. Silvia Virginia Coutinho Areosa

Santa Cruz do Sul
2022

CIP - Catalogação na Publicação

Avila, Juliana

MULHERES TRABALHADORAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
/ Juliana Avila. – 2022.

65 f. ; 05 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional em Psicologia) –
Universidade de Santa Cruz do Sul, 2022.

Orientação: Profa. Dra. Silvia Areosa.

1. Violência Doméstica. 2. Violência Familiar. 3. Mulher em
Vulnerabilidade Social. I. Areosa, Silvia. II. Título.

Juliana da Silva Ávila

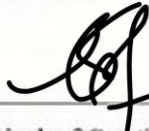
**MULHERES TRABALHADORAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE
SOCIAL**

Trabalho Final de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado Profissional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC como requisito parcial para o título de Mestra em Psicologia

Orientadora: Prof. Dra. Silvia Virginia Coutinho Areosa

Aprovada em: Santa Cruz do Sul, 30 de setembro de 2022.

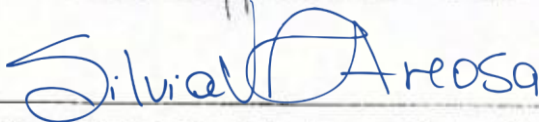
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Eduardo Steindorf Saráiva – PPGPsi/UNISC



Prof.^a. Dr.^a. Miriam Cabrera Corvelo Delboni - UFSM



Prof.^a Dr.^a. Silvia Virginia Coutinho Areosa- Orientadora- PPGPsi/UNISC

AGRADECIMENTOS

Entender porque a mulher sempre esteve à margem e, na maioria das vezes, se conformou submetendo-se a esse lugar, para mim é uma questão que de alguma forma esteve entrelaçada com a minha história de vida, entretanto, somente agora fui capaz de perceber.

Hoje, olhando para minha história como se fosse um filme, entendo que em vários momentos estive vulnerável e, assim como as mulheres deste estudo, também me submeti a esse lugar, quer seja quando fui mãe na adolescência, quando casei ainda adolescente, ou quando entendia que ser mulher era trabalhar, cuidar dos filhos e protegê-los para que não passassem pelas mesmas dificuldades, assim como tantas outras situações que vivenciei, as quais não caberiam explicitar, ou seja, eis aqui um relato exatamente igual às mulheres deste estudo quando questionadas sobre “o que é ser mulher para você?”. Porém, em algum momento, despertei para a importância de reagir e assim o fiz. Lutei contra uma realidade machista, misógina e aprendi o significado da palavra sororidade. O Mestrado, assim como este estudo, são sonhos que, ao longo da minha caminhada, foram ficando para trás, mas nunca esquecidos, então, surgiu a oportunidade e embarquei nesta viagem incrível que foi o mestrado profissional em psicologia, jamais imaginei tal feito, não foi fácil, afinal, não sou uma pesquisadora, e sim uma curiosa, alguém que apesar dos percalços, aprendeu que desistir nunca é uma opção, mas confesso que durante essa caminhada pensei muitas vezes em tal possibilidade. Então, vieram as pessoas que me rodeiam, as quais quero com todo amor agradecer, são tantas, algumas inclusive desistiram de estar comigo e largaram a minha mão, mas isso não as torna menos importantes, afinal, me mostraram que eu estava pronta para seguir sem elas. Agradeço, portanto, em primeiro lugar, a uma pessoa que para mim, é a prova de que nós mulheres podemos reescrever a nossa história, que é a minha filha Marina, meu grande amor, que segurou na minha mão e esteve comigo nos melhores e piores momentos desta caminhada, me acolheu, abraçou, choramos juntas, celebramos e não me deixou desistir. É uma mulher forte, que conhece e assume seu lugar de fala, é uma mulher justa, um ser humano incrível. Agradeço ao meu filho Filipe, meu primeiro grande amor, um homem íntegro, correto, pai e marido exemplar, mas que, acima de tudo, foi a pessoa que mais me ensinou sobre o amor quando, aos 16 anos de idade, o recebi nos meus braços, naquele momento, ao me tornar mãe, comecei a aprender sobre o que é ser filho. Agradeço a minha mãe Dona Adir que hoje, aos seus 82 anos, não entende a razão deste estudo, mas que foi fundamental na minha evolução como mulher. Às minhas irmãs que amo muito e, mesmo sem saber, foram fundamentais nesta caminhada.

Agradeço a empresa Profigen do Brasil Ltda, na figura do CEO, que não só abriu suas portas para este estudo, como também o tornou possível com todo o suporte necessário. Agradeço às mulheres trabalhadoras desta empresa, que viabilizaram este estudo, na medida em que confiaram em mim e na proposta de intervenção, serão para sempre as Mulheres Girassol. Agradeço aos colegas de trabalho, pelo apoio e incentivo, em especial ao Marcos, Jéssica, Carla, Elisete e Luana, que não só acreditaram no projeto, como contribuíram de forma voluntária para que se tornasse realidade. Agradeço ao meu time de Recursos Humanos que seguraram na minha mão nesta trajetória, me dando o suporte necessário sempre que precisei me ausentar. Agradeço à Tati e ao Vini, amigos queridos que tanto me apoiaram, Jana e Lais, minhas colegas de mestrado que hoje tenho a honra de chamar de amigas, assim como ao querido colega Batista, que partiu para outra dimensão e não tivemos tempo de concretizar seu desejo de montarmos uma ONG a partir deste estudo. Por fim, agradeço à minha Orientadora, Prof^a. Dr^a. Silvia Virginia Coutinho Areosa.

E, assim, estendo meu amor, carinho e gratidão a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo.

RESUMO

Este estudo apresenta uma pesquisa-intervenção que teve como objetivo compreender a realidade de mulheres trabalhadoras, donas de casa, na grande maioria responsáveis pelo sustento da família, mas que vivem num lugar subjugado e vulneráveis socialmente, bem como conscientizar as empresas a apoiarem essas mulheres no período de entressafra. A perspectiva metodológica que fundamenta esta pesquisa foi qualitativa, e o percurso adotado caracterizou-se a partir de um estudo exploratório do tipo observacional descritivo. Para desenvolver a pesquisa, foi disponibilizado um questionário em cópia física a 100 mulheres trabalhadoras escolhidas de forma aleatória; destas, 10 foram convidadas para participar de um grupo focal e encontros mensais com a pesquisadora. O trabalho resultou na confecção de um produto técnico que surgiu durante o processo de intervenção com as participantes: “Mulheres Girassol” é um documentário composto de relatos das mulheres em estudo. Com base nos relatos das participantes da pesquisa, foi possível constatar que a violência sofrida é corriqueira, principalmente quando o parceiro e/ou os filhos ingerem bebida alcoólica. Ademais, pode-se observar que elas não interpretam agressão verbal, física ou psicológica como parte de um relacionamento abusivo. O documentário supracitado foi compartilhado em todas as sedes da empresa onde o estudo foi desenvolvido, bem como com clientes e fornecedores, proporcionando uma efetiva divulgação. Isso levou o produto a ser solicitado por outros grupos multinacionais, parceiros da empresa, no intuito de incluí-lo em plataformas de capacitação. Hoje, a empresa implementou um programa de responsabilidade social com o nome “Mulheres Girassol”, amparado neste estudo.

Palavras-chave: Gênero. Vulnerabilidade social. Violência doméstica.

ABSTRACT

This study presents intervention research that aimed to understand the reality of working women, housewives, who are in the vast majority responsible for supporting the family, but live in a subjugated and socially vulnerable place, as well as raising awareness of companies to support these women in the period off-season. The research of the qualitative method was carried out from a study exploratory, descriptive observational. For data collection, a physical copy questionnaire was made available to 100 working women chosen at random. Among these, 10 were invited to participate in a focus group and monthly meetings with the researcher. The work resulted in a technical product that emerged during the intervention process with the participants: “Mulheres Girassol” (Sunflower women), a documentary composed of reports by the women in this study. Based on the reports of the research participants, it was found that the violence suffered is commonplace, especially when the partner and/or children drink alcohol. In addition, it was observed that they do not interpret verbal, physical, or psychological aggression as part of an abusive relationship. The documentary produced was shared at all the company's headquarters where the study was developed, with customers and suppliers, providing effective dissemination. This led to the product being requested by other multinational groups, and partners of the company, to include in training platforms. The company has implemented a social responsibility program called “Mulheres Girassol” based on this study.

Keywords: Gender. Social vulnerability. Domestic violence.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	DESCRIÇÃO DA PESQUISA-INTERVENÇÃO.....	13
2.1	Caminhos percorridos na busca pela valorização da mulher	13
2.2	Desmistificando o envolvimento da empresa na vida pessoal das mulheres	14
2.3	As mulheres e o enfrentamento da situação de violência	32
3	APRESENTAÇÃO DO ARTIGO	34
4	DESCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	58
	APÊNDICE A – Questionário: Mulheres trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social	62
	ANEXO A – Parecer de aprovação CEP	63
	ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	65

1 INTRODUÇÃO

“No dia em que for possível à mulher o amor não em sua fraqueza, mas em sua força, não para escapar de si mesma, mas para se encontrar, não para se abater, mas para se afirmar. Naquele dia o amor se voltará para ela, assim como para o homem, a fonte de vida e não de perigo mortal. Enquanto isso, o amor representa em sua forma mais tocante a maldição que confina a mulher em seu universo feminino, mulher mutilada, insuficiente em si mesma”
(Simone de Beauvoir)

A vulnerabilidade da mulher é um tema recorrente e inesgotável, contudo, ainda há um caminho árduo a ser percorrido uma vez que materializa a dominação na vida das mulheres, estabelece o controle físico e/ou psicológico de seu corpo, e também na maneira de pensar e agir. Além disso, reflete negativamente e leva à tristeza e à indignação em meio a um conjunto de sentimentos envolvidos em uma relação, na qual possuem a autoestima fragilizada sobre sua identidade e autonomia, que por vezes reflete inclusive no ambiente de trabalho.

Neste contexto, as vulnerabilidades individuais podem ocorrer em diversas variáveis. Em se tratando especificamente dos aspectos de natureza psicológica, existencial ou social, são fomentadas por meio de movimentos que causam fragilização e debilidades dos processos básicos de subsistência e identidade de um indivíduo. Tais processos, uma vez afetados, refletem na segurança existencial e autonomia, acarretando angústias, acentuando as fragilidades e viabilizando válvulas de escape que precedem condições prejudiciais que afetam o sujeito em sua integralidade, enquanto ser social, biológico e psicológico (OVIEDO; CZERESNIA, 2015).

Ademais, a pandemia trouxe-nos uma realidade alarmante, considerando que a violência perpetrada aumentou consideravelmente, pois, os homens, dentro de casa e em isolamento, passaram a agredir mais. Os dados da violência não só repercutiram nas mídias, como também ficaram evidentes no contexto corporativo, uma vez que as mulheres saem para trabalhar em busca do sustento da família e, ao retornarem para casa, encontram seus companheiros estressados pelo isolamento e desemprego, fato que potencializou a situação de vulnerabilidade da mulher.

O fenômeno da violência contra a mulher não escolhe cultura, grupo étnico e religioso, classe ou escolaridade, mas as experiências das mulheres mudam conforme a desigualdade no acesso à justiça e aos serviços de saúde (CURIA *et al.*, 2020). Tal violência, tem sido pauta constante nas organizações, através das áreas de recursos humanos, sendo o principal desafio nesse processo, conscientizar e sensibilizar as empresas, de um modo geral, quanto à necessidade de direcionar um olhar para seus colaboradores, especialmente às mulheres,

proporcionando acolhimento, direcionamento e empoderamento. Diante disso, o presente trabalho de conclusão do curso de mestrado, trata-se de uma pesquisa/intervenção acerca de mulheres trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social e suas implicações.

A temática proposta teve como objetivo, investigar como se sentiam as mulheres trabalhadoras que sofrem violência familiar em seu cotidiano, criar meios para que a empresa pudesse acompanhar mulheres trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social durante o período da entressafra e proporcionar oportunidades de educação continuada que refletisse no desenvolvimento pessoal e profissional dessas mulheres. Por conseguinte, frente à importância do tema e com intuito de contribuir sobre a problemática que é a violência doméstica sofrida, na sua grande maioria pelas mulheres, este estudo busca reforçar para que seja amplamente abordado, inclusive no ambiente corporativo.

Esta pesquisa está vinculada ao Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), e inserida na Linha de Pesquisa II — Práticas sociais, organizações e cultura. Na pesquisa-intervenção, parte-se do questionamento de noções de subjetividade e poder, descentrando o ponto de vista do pesquisador como sujeito externo que age sobre determinada realidade para tomá-lo em seu processo de subjetivação e sua necessária implicação com o campo de pesquisa (CHASSOT; SILVA, 2018). No problema de pesquisa investigado buscou-se compreender os motivos que levam algumas mulheres da periferia de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul (RS), em situação de vulnerabilidade social, e uma possível naturalização da violência familiar sofrida em seu cotidiano.

Segundo Basaglia e Souza (2016), vulnerabilidades nessa especificidade são capazes de gerar a adição, ou revelar propensão do indivíduo à prática adicta. Diante disso, muitos encontram refúgio no uso diverso do álcool e outras drogas, as quais proporcionam, com o prazer e alívio provisórios e imediatos, uma fuga ou afastamento da real condição do sujeito que Freud (1996) definia por amortecedor de preocupações, de forma a suportar um mal-estar ou sofrimento vivido.

Conforme nos aponta o psicanalista Christian Dunker, no canal do *YouTube* Café Filosófico CPFL (2016), tem-se um panorama do sofrimento psíquico em diferentes contextos históricos. Embora o autor não tenha mencionado especificamente o contexto organizacional, considerando a indagação: “*Sofrer ou não sofrer, esta é a questão?*”, acredito que seja possível afirmar que o sujeito pode ser sugestionado pelo sofrimento do outro. Desse modo, é possível que mulheres trabalhadoras que sofrem pelo convívio familiar doentio, com seus filhos e companheiros adictos, passem a reproduzir o sofrimento e seguir com o ciclo da doença.

De acordo com a OMS, em todo o mundo, mais de 3 milhões de homens e mulheres morrem todos os anos justamente pelo uso nocivo de bebidas alcoólicas. Ao todo, 5% das doenças mundiais são causadas pelo álcool, motivo pelo qual os problemas resultantes do consumo abusivo de drogas e de álcool, tornaram-se uma preocupação constante, o que resulta em mobilização de recursos e ações interventivas na atenção aos usuários do serviço público de saúde (BRAZ, 2019). O cenário corporativo ao qual vincula-se esta pesquisa, vem sendo afetado com o uso de álcool e drogas, entre os grupos se encontram as mulheres que residem em periferias, e que possuem marido e/ou filhos usuários de drogas e álcool, e por consequência, se tornam dependentes. Tais características exigem estudos e intervenções para criar programas específicos e tratar esta realidade.

O Relatório Mundial sobre Drogas 2020, divulgado recentemente pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), revela que cerca de 269 milhões de pessoas usaram drogas no mundo em 2018 (30% a mais em comparação com 2009). Afirma que 35 milhões de pessoas no mundo sofrem de transtornos associados ao uso de drogas. Outro dado preocupante é o aumento no percentual de mulheres agredidas por ex-companheiros de 13% em 2011 para 37% em 2019 (UNODC, 2020). Muito do que se conhece sobre alcoolismo feminino foi adquirido por meio de pesquisas sobre alcoolismo masculino, e grande parte desse conhecimento veio de estudos comparativos. Mais recentemente, estudos sobre o uso de álcool pela mulher têm sido publicados, sendo observado que o consumo vem se elevando nessa fatia da população (MENDES; CUNHA; NOGUEIRA, 2011).

Nesse cenário, considerando os aspectos afetivo-emocionais e conflitos psíquicos vivenciados por mães que possuem filhos adictos, diante da fragilidade a que estão expostas pelo envolvimento com as drogas por seus filhos, percebe-se a tendência de co-dependência e somatização destas mulheres (ANTONIASSI JUNIOR *et al.*, 2019). Outros fatores, como a falta de informações adequadas, debilidade na saúde, insatisfação com a vida e a facilidade ao acesso, além de desajustes nas relações familiares, conflituosas afetivas e emocionais, falta de comunicação com os pais, contribuem impulsionando aos hábitos prejudiciais na busca das drogas (GIACOMOZZI *et al.*, 2012).

Conforme estudo, o uso prolongado das drogas e/ou psicotrópicos ocasionam agravantes na condição de saúde psíquica, social e biológica, levando à dependência, relações conturbadas, quebra de vínculos, conflituosas financeiras e, no trabalho, perda de controle, acidentes, violência, detenção e relevantes prejuízos que refletem diretamente na vida cotidiana de um indivíduo e no ambiente ao qual está inserido. Para os autores, tal processo culmina em

exposição a riscos e conflitos não somente para aqueles que usam, como para aqueles que não usam, afetando a família e seu entorno (ANTONIASSI JUNIOR *et al.*, 2019).

Assim, este trabalho de pesquisa-intervenção buscou se aproximar desta realidade, tentar compreendê-la em sua complexidade e buscar alternativas possíveis dentro do ambiente empresarial para que as empresas possam se comprometer e auxiliar as mulheres trabalhadoras sazonais que vivem dentro deste contexto social. O texto apresenta um capítulo sobre a investigação e seus principais resultados, a intervenção realizada na empresa em que o projeto foi desenvolvido, o desenvolvimento de um produto técnico, o artigo científico encaminhado à revista “Revista Psicologia, Diversidade e Saúde (RPDS), e por fim as considerações finais tentando apresentar os principais resultados deste trabalho e as inquietações que seguem sobre a situação de vulnerabilidade que as trabalhadoras vivem.

2 DESCRIÇÃO DA PESQUISA-INTERVENÇÃO

2.1 Caminhos percorridos na busca pela valorização da mulher

Neste capítulo, a partir deste momento, por vezes escreverei na primeira pessoa do singular, assumindo uma posição que me permite articular um discurso de quem possui um olhar sob duas perspectivas, sendo a primeira das mulheres trabalhadoras no contexto da vulnerabilidade e segunda a empresa, enquanto gestora, compreendendo as questões permeadas pela legislação e políticas internas, pelas quais, nem sempre, tornam os caminhos mais fáceis sob prisma corporativo. Cabe aqui ressaltar que tal posição não me autoriza a abdicar das fontes dos dados, mas permite que também me insira no processo.

O estudo foi realizado em uma empresa multinacional de atividade sazonal, na cidade de Santa Cruz do Sul, interior do Rio Grande do Sul. A empresa possui um efetivo de 43 colaboradores permanentes no seu período de entressafra e, na safra, esse número pode chegar até 400 colaboradores, considerando os empregados sazonais, denominados safristas. Consideramos importante salientar que a atividade de produção é executada predominantemente por mulheres sendo na sua maioria, oriundas das periferias na cidade de Santa Cruz do Sul no estado do Rio Grande do Sul (RS), vivendo, portanto, em situação de vulnerabilidade social. Por conta disso, em busca de respostas para inquietações as quais trago comigo por longa data no que tange à mulher e às suas vulnerabilidades, busquei por meio desse projeto, compreender se as mulheres objeto deste estudo sofrem violência familiar e, em caso positivo, se há naturalização dessa violência.

Nesse sentido, a relação amorosa, no contexto da violência de gênero, demonstra a dominância do homem sobre o corpo e a mente feminina, evidenciando, paralelamente, por um lado a diferença que se estabelece entre homens e mulheres na família e na sociedade, e, por outro, a manutenção das estruturas de poder e dominação disseminadas na ordem patriarcal. (RODRIGUES *et al.*, 2016).

Dessa forma, com o propósito de delinear o caminho percorrido pelas mulheres na busca pelo seu espaço, este estudo foi idealizado em vários momentos, a saber: 1) elaboração de questionário com 09 perguntas referente a situação socioeconômica e familiar; 2) aprovação da empresa para a aplicação do questionário às trabalhadoras sazonais 3) reunião com todas as trabalhadoras do campo explicando sobre o questionário e os motivos da coleta; 4) entrega dos questionários em cópia física para 100 trabalhadoras, considerando que a maioria não possuía fácil acesso ao mundo digital; 5) recebimento dos questionários preenchidos; 6) conferência e

tabulação dos dados e planilha de Excel 6) reuniões com a direção da empresa; empresa de publicidade para estruturação do documentário; direção do estúdio fotográfico; Escola de Ensino Técnico SENAC; Instituto MIX de Profissões. Consideramos importante pontuar aqui que, o número de questionários devolvidos inicialmente, ficou abaixo do esperado, embora não saibamos explicar o que ocasionou essa resistência inicial, entretanto, na sequência fizemos um apelo e recebemos o restante das devolutivas e assim, entendemos que o processo não ficou prejudicado.

2.2 Desmistificando o envolvimento da empresa na vida pessoal das mulheres

O presente estudo trouxe à luz a importância do envolvimento das organizações com uma análise mais aprofundada, para obter uma clara compreensão sobre a realidade das trabalhadoras em suas relações alheias ao contexto laboral. Uma vez que esta reflete diretamente no ambiente de trabalho. Por conseguinte, tornou-se imprescindível a atuação efetiva da empresa, pois a saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores configuram-se como aspectos fundamentais, inerentes a um ambiente corporativo saudável e acolhedor.

De acordo com Swanberg, Logan e Macke (2005), a perda de produtividade, atrasos e absenteísmo são alguns dos impactos que a violência doméstica pode causar na atividade laboral dessas mulheres, que, segundo Echeverria, Oliveira e Erthal (2017), deixam muitas vezes até seus empregos por medo de serem perseguidas e assassinadas (ECHEVERRIA; OLIVEIRA; ERTHAL, 2017).

Em consonância com as questões acima pontuadas, a intervenção da empresa pôde ser analisada sob duas perspectivas, sendo uma delas o aspecto empresarial, no qual há uma preocupação lógica com o negócio, tendo em vista que se forma uma situação cíclica pois, uma vez que o colaborador está passando por dificuldades externas à empresa, este não terá as suas obrigações contratuais em primeiro plano, e, conseqüentemente ao ambiente laboral o seu desempenho e a sua produção no trabalho não atingirão os objetivos estabelecidos. Já a outra seria no aspecto social, no qual, há uma responsabilidade com o comportamento ético, além de contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando a qualidade de vida de seus empregados, de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo. Haja vista que, antes de serem colaboradoras da empresa, as mulheres objeto deste estudo, são possuidoras de direitos e garantias fundamentais que devem ser exercidas, sob pena de violação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana (cláusula pétrea da Constituição Federal brasileira) (BRASIL,

1988). Motivo pelo qual, além das instituições governamentais, a empresa torna-se também responsável por atenuar as situações de vulnerabilidade destas cidadãs.

Em relação a emoções e afetos no trabalho, Gondim e Siqueira (2004) apontam que poucos de nós não compartilham a crença de que as emoções, e especialmente os afetos, dão uma tonalidade especial à existência humana e devem exercer um papel importante na sobrevivência da espécie, na construção histórica, no ajustamento social e no desenvolvimento da pessoa.

Ainda no contexto organizacional, no que se refere a essas trabalhadoras do campo, cuja atividade laboral ocorre a céu aberto, portanto expostas à luz do sol, consideramos importante ressaltar que, durante as observações da pesquisa, foi possível perceber o quanto estas mulheres trabalhavam motivadas, possuíam liberdade de expressão e sobretudo, sentiam-se orgulhosas da sua atividade laboral. Observou-se ainda, que encontravam segurança, valorização e um ambiente de afeto naquele local, por receberem atribuições e comandarem de forma autônoma, um processo muito importante na cadeia produtiva. Destaca-se que este pode ser um fator preponderante para a elevação da sua autoestima, o que reverbera em comportamentos positivos e de autovalorização, já que essas mulheres são responsáveis pelo sustento e organização familiar.

Sob esse viés, é possível afirmar que, as empresas são compostas por pessoas, com gêneros, classes sociais, crenças e vivências completamente distintas, as quais se misturam e assim resultam na realidade de cada colaborador. Sendo assim, mesmo que não seja diretamente responsável, neste contexto, a empresa torna-se um importante agente na transformação pessoal de cada um dos seus empregados, através de ações específicas, dando suporte tanto no aspecto emocional quanto no desenvolvimento pessoal, identificando mulheres em situação de vulnerabilidade e apoiando fora do ambiente organizacional.

Nessa perspectiva, este trabalho se propôs a compreender a realidade de mulheres trabalhadoras, donas de casa, na grande maioria responsáveis pelo sustento da família, mas que vivem num lugar subjugado e vulneráveis socialmente.

A partir do aceite da empresa escolhida para o estudo e aprovação pelo CEP/UNISC parecer nº 5.194.584 (ANEXO A), iniciou-se o processo de investigação, sendo o público alvo, mulheres com baixa escolaridade, safristadas, portanto, com contrato por prazo determinado na organização e que vivem em periferias na cidade de Santa Cruz do Sul.

A primeira etapa foi a coleta de dados a qual ocorreu através da aplicação de um questionário fechado e estruturado em cópia física e foi entregue para as 100 trabalhadoras da referida empresa, tendo sido adotado como critério de inclusão: 1- ter união estável, 2 - atuar

na empresa por pelo menos duas safras consecutivas e desta forma ser denominada neste contexto organizacional de “retornante”, 3 - estar em contrato vigente no mês de fevereiro de 2021. Estes critérios foram filtrados com o suporte da área de Pessoas e Culturas (P&C), da organização. Todos os requisitos éticos foram cuidados, sendo o projeto devidamente aprovado. Os questionários foram impressos, organizados e entregues diretamente por mim uma a uma das 100 trabalhadoras sazonais que atendiam aos critérios estabelecidos. Para tanto, utilizou-se para efetuar a entrega do referido questionário um espaço físico disponibilizado pela empresa. Na sequência, com todas as trabalhadoras reunidas, efetuou-se uma explicação detalhada a elas, reforçando os objetivos da pesquisa, salientou-se naquele momento a importância da participação de cada uma delas e apresentou-se o TCLE (em duas vias, quem aceitou participar ficou com cópia e assinou uma via) (ANEXO B), fazendo-se então, o convite para participação espontânea e a efetiva entrega do formulário. Nesse contexto, foi facultado as participantes que consentiram colaborar com a pesquisa, que preenchessem o questionário em suas casas e devolvessem no dia seguinte. Além disso, todas foram orientadas a depositarem o mesmo preenchido, em uma urna, devidamente identificada, a qual foi disponibilizada no local de trabalho, com isso, teriam a tranquilidade para devolver o documento sem serem identificadas, o que evidentemente, garantiria o anonimato das participantes.

Durante a próxima etapa, efetuamos o recolhimento dos instrumentos de coleta de pesquisa dispensados na urna, conforme acordado com todas, isso ocorreu no dia seguinte, no entanto, ao acessarmos o compartimento para retirada destes, tivemos uma surpresa negativa ao encontrarmos apenas 18 formulários preenchidos. Diante disso, com autorização da empresa, fizemos uma nova reunião com as mulheres objeto de estudo, para entendermos o que de fato havia ocorrido e, de forma unânime estas mulheres externaram não haver problema com as questões que compunham o questionário, apenas haviam esquecido, então, neste momento, acordamos que a urna permaneceria no local até a manhã seguinte para que todas tivessem uma segunda oportunidade para devolver o questionário.

Assim, no dia seguinte, cumprindo o acordado com as trabalhadoras, efetuamos a segunda coleta dos documentos na urna, sendo nesta ocasião 67 questionários preenchidos. Assim sendo, concluindo a etapa da coleta dos questionários, cabe ressaltar que das 100 que aceitaram participar e receberam o mesmo para preenchimento, 18 delas devolveram o documento na primeira data marcada e, 67 na segunda oportunidade, totalizando 85 mulheres trabalhadoras que participaram da primeira etapa da pesquisa (quantitativa). Todavia, chegou-se a um total de 15 mulheres que não se manifestaram para devolver, motivo pelo qual

respeitou-se a vontade delas, sobretudo por considerarmos a possibilidade de não se sentirem confortáveis para responder ao instrumento de coleta de dados. Pois, o questionário continha questões sobre: 1) faixa etária, 2) escolaridade, 3) renda familiar, 4) estado civil, 5) quantidade de filhos, 6) número de pessoas no domicílio, 7) familiar envolvido com drogas e 8) familiar preso. Então, conclui-se que talvez as questões sobre família, drogadição e situação carcerária, nessa etapa do processo de pesquisa, podem ter sido um fator determinante para sua desistência, passando-se a seguir para a segunda fase com as 85 mulheres que responderam espontaneamente.

Na etapa seguinte, sorteou-se 10 mulheres aleatoriamente, dentre todas as participantes, as quais foram convidadas a fazer parte de uma conversa, sendo a técnica utilizada o Grupo Focal. Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (VEIGA; GONDIM, 2001).

Dessa forma, após recorte da amostra, efetuou-se com as trabalhadoras uma interlocução, com questões disparadoras, cujo objetivo foi abordar, de maneira informal e sem gerar constrangimentos, temáticas relativas à violência familiar. Além disso, buscou-se fazer com que trouxessem à luz para discussão o que pensam sobre a violência. Essa conversa ocorreu a partir de grupos focais, teve duração aproximada de uma hora e trinta minutos e deu-se da seguinte forma: As participantes foram recepcionadas por mim, que neste contexto estive no papel de moderadora, todas foram direcionadas aos seus lugares e após acomodadas, lhes foi oferecido um lanche que durou aproximadamente trinta minutos, logo após, quando todas estavam tranquilas, lhes foi explicado em detalhes como ocorreria o processo, para que todas se sentissem confortáveis em participar e interagir, esta etapa durou uma hora.

Nesse cenário, considerou-se a possibilidade da entrevista em Grupo Focal, gerar alguns desconfortos nas trabalhadoras, por lembrar de fatos difíceis relacionados ao convívio familiar, o que poderia vir a despertar alguns sentimentos como: tristeza, medo, sensações de mal-estar, geradas pelo retomar de lembranças negativas. Para este caso, foi reservado às participantes, o direito de deixar o encontro ou não falar sobre qualquer questão, da mesma forma, com aquelas que se sentissem desconfortáveis em abordar determinado assunto, sem ônus algum, para tal situação, a trabalhadora teria a possibilidade de ser conduzida ao ambulatório médico onde

receberia um atendimento psicológico, com profissional habilitado, disponibilizado pela empresa, entretanto, não houve manifestação das participantes, solicitando tal atendimento.

Por outro lado, foi explicado que a sua participação traria benefícios, como expandir o conhecimento e reflexão acerca da temática das mulheres trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social, podendo ampliar o campo de atuação dessa intervenção, inclusive chamando a atenção das empresas para o tema e a importância das ações sociais direcionadas à temática. Estes detalhes, também foram explicados a elas assim que chegaram.

Desse modo, conforme mencionado no fragmento anterior, a intervenção foi realizada nas dependências da empresa, em sala individualizada, garantindo a confidencialidade e privacidade para tal, os recursos utilizados foram gravador de voz e/ou celular, com a concordância das participantes, alicerçado da técnica de grupo focal.

Sob esse viés, Gondim (2002) pontua que o moderador de um grupo focal assume uma posição de facilitador do processo de discussão, e sua ênfase está nos processos psicossociais que emergem, ou seja, no jogo de interinfluências da formação de opiniões sobre um determinado tema. Feitas essas considerações, passemos a refletir como desenvolveu-se as discussões a partir de questões disparadoras durante os grupos focais, quais sejam:

O que é ser mulher para você? - Ao serem incentivadas a pensar sobre o papel da mulher em nossa sociedade e sobre o papel que elas se veem desempenhando, todas elas mencionaram que ser mulher é ser forte, é ajudar os filhos, apoiar o marido. Não houve relato em nenhum momento que pudesse manifestar qualquer reflexão sobre o seu papel como mulher, como ser singular, não necessariamente o papel que desempenha para outras pessoas. Não houve também identificação nos relatos sobre a preocupação a partir de um olhar para si, do autocuidado, da realização de projetos pessoais, por exemplo. A seguir foram feitos recortes das falas destas mulheres em um dos encontros: “Não tenho tempo porque to na safra e meu dinheiro mal dá pra comer”; “Não tenho mais jeito, não adianta me arrumar, sou muito feia”; “Não posso gastar, tenho que guardar a minha saída quando terminar meu contrato”. Essas falas expressam a vulnerabilidade de um trabalho sazonal, cujo prazo é determinado, por isso “safra”, o que não dá garantias de estabilidade financeira e contratual, tão pouco de permanência no emprego.

Analisando ainda os relatos que tangem a despender dinheiro com autocuidado, pode-se fazer relação com o que afirma o estudo de Elias, Souza e Vieira (2014), o cuidar exige preocupação, conhecimento, dedicação ao próximo e a si mesmo. As formas de cuidado de si, do outro e de nós, quando interconectadas, acontecem em circularidade, fortalecendo relações onde o ser cuidador é, e sente-se cuidado numa relação de troca mútua.

Em outro momento no grupo, quando indagadas sobre *como é a relação com os filhos*, as mulheres mais velhas, com filhos já na fase madura, demonstraram um certo desconforto ao falar, mas trouxeram relatos como: *“meu filho mais velho só me dá trabalho, bebe muito, eu dei graças a Deus quando casou, mas agora voltou pra casa”*. Já a outra apenas mencionou: *“báh o meu mais velho é só confusão, as vezes mexe com drogas, mas graças a Deus não mora mais comigo, os pequenos não incomodam”*. Isso reflete que é possível haver um sentimento de culpabilidade por parte dessas mães, uma vez que se sentem unicamente responsáveis pela criação dos filhos, que crescem em um ambiente hostil.

Nessa perspectiva, nos ancoramos na afirmação de Antoniassi Junior *et al.*, (2019), onde pontuam que os aspectos afetivo-emocionais e conflitos psíquicos vivenciados por mães que possuem filhos adictos, diante da fragilidade a que estão expostas pelo envolvimento com as drogas e álcool por seus filhos, percebe-se a tendência de co-dependência e somatização destas mulheres (ANTONIASSI JUNIOR *et al.*, 2019).

Na sequência, passou-se para o tema das relações conjugais, refletindo com o grupo: *e a sua relação com seu companheiro/marido (se tem ou não)?* Evidentemente, trata-se de uma temática sensível e, por conta disso, difícil de aprofundar num primeiro momento, a vista disso, as participantes resistiram, contudo, assim que uma delas externou uma fala firme e segura de que viveu um relacionamento abusivo por vinte anos, ou seja, que sua relação com o então ex-companheiro foi muito dramática. Neste momento as demais, não se manifestaram, ficaram em silêncio. Por conta disso, direcionamos outra discussão para o grupo: *Você já sofreu algum tipo de violência? se sim, como foi?* Quando questionadas diretamente sobre terem ou não sofrido violência, duas delas afirmaram que sempre sofreram violência e que ainda sofrem, no entanto uma reforçou *“mas ele só é violento comigo quando bebe, quando está são, ele é bom pra mim e pras crianças”*. Também nas falas apareceram relatos de casos de abuso psicológico, - *“ele sempre diz que eu sou burra, que nunca faço nada direito, mas eu não dou bola, já estou acostumada”* - as outras participantes se calaram.

Sob essa perspectiva, ao analisarmos a problemática do alcoolismo, Nascimento (2016) pontua que, muitas vezes, o beber pode estar relacionado ao comportamento machista. Assim como dizer para os amigos que teve muitas relações sexuais é uma forma de se apresentar como *“mais homem”*, beber e, em alguns casos, beber muito, pode ser também considerado do mesmo modo.

A partir destas falas percebe-se que as mulheres participantes do estudo sofrem situações diversificadas de violência tanto físicas como psicológicas e que são agravadas pela vulnerabilidade social, identificada pela falta de emprego, renda e políticas sociais.

Como relatam estudiosos do tema é preciso compreender que se encontram várias definições teóricas do que seja o abuso psicológico e de como ele pode envolver a vítima em uma situação de desconforto e mal-estar (RODRÍGUEZ-CARBALLEIRA *et al.*, 2014). Logo, o abuso psicológico contra as mulheres configura-se como uma violência hierarquicamente construída através das relações de poder, como a dominação do homem sobre a mulher. É caracterizado como ato verbal intimidador e coercitivo (WHO, 2010).

Na sequência, com o objetivo de fazermos nova provocação ao grupo, solicitamos que abordassem sobre: *O que você entende por violência Familiar?* Neste momento, sob certo aspecto, as participantes foram redundantes nas respostas, uma vez que na discussão anterior mencionaram os abusos sofridos e, por vezes, demonstram se acostumar com eles. Dessa forma, o comentário mais impactante para esta questão é que ele (o companheiro) quando não está alcoolizado, é bom marido; da mesma forma quando mencionam: - “*eu não dou bola, estou acostumada*”.

No que concerne à temática, sabe-se que o intransitivo lugar da masculinidade, cuja identidade dispensa relações, não necessita de complemento porque tem sentido completo. Nesse caso, o outro, ou melhor, a parceira é apenas um acessório na relação, alguém que deve se manter passiva e resignada diante do outro. Um “outro” forjado por uma masculinidade duplamente conservadora, seja porque ele mesmo mantém sua forma de ser inalterada, seja porque perpetua a ordem social (EINHARDT; SAMPAIO, 2020). Ainda segundo os autores, mostra o quanto essa “masculinidade” interfere no dia a dia das relações pessoais, trazendo a ideia de que a mulher pertence ao homem e é um objeto seu, que ele tem poder perante ela, com direitos de fazer uso, inclusive, da força física contra o sexo feminino.

Em outro grupo focal foi discutido sobre *a família e sobre o lugar onde moram*: Durante esta discussão apenas duas participantes mencionaram morar em um lugar tranquilo, as demais comentaram que, embora o lugar seja muito bom, há naquele local um tráfico intenso de drogas, o que gera muito receio pelo envolvimento dos filhos com a questão.

Apesar de o número de mulheres alcoolistas estar crescendo, é reconhecido que culturalmente nesta sociedade baseada pelo patriarcado, homens são influenciados a começarem a beber mais cedo, e são “bem-vistos/admirados” por terem a capacidade de ingerirem grandes quantidades de álcool. Inclusive é visível, em comerciais de famosas marcas de cervejas brasileiras veiculados na televisão, o uso da ideia de sensualidade do corpo feminino para chamar a atenção de homens heteronormativos (EINHARDT; SAMPAIO, 2020).

Nesse contexto, ainda no grupo, estas mesmas mulheres, ao se referirem sobre o lugar onde vivem, afirmam: *“pelo menos lá ninguém mexe com a gente”*. É preciso atentar, com essas considerações, para o fato de que essas mulheres mães, são as mesmas que no encontro anterior tiveram restrições para falar sobre os filhos já adultos, evidenciando talvez a participação dos mesmos no processo de drogadição. Entretanto, ao falar sobre a família, novamente esteve na lupa uma aparente relação conflituosa, uma vez que ao se referirem ao companheiro mencionaram que o mesmo, *“quando não bebe é bom para mim”*. Outra fala importante, foi que meu filho *“graças a Deus não mora mais comigo”*.

A família se constitui como cerne no desenvolvimento do indivíduo e na construção de sua subjetividade ao longo da vida. O seio familiar é estruturado a partir de funções que são assumidas por cada membro da família e se transformam conforme cada período de desenvolvimento da vida (VASTERS; PILLON, 2011).

Neste aspecto, a mãe cumpre a primeira e mais importante função na vida do indivíduo, pois é através dela que se institui o contato inicial com o mundo. A mãe intercepta as principais experiências de comunicação e relação, uma vez que o contato mãe-filho caracteriza um importante alicerce na constituição simbólica do sujeito, além de promover condições psíquicas para o estabelecimento dessa relação com o mundo externo (ESTECA, 2012).

Em um outro momento a pesquisadora fez a seguinte provocação ao grupo: *Qual foi a última vez que você tirou um tempo para cuidar de você?* Nessa discussão, de forma unânime, todas elas foram categóricas ao mencionar: *“não sei qual foi a última vez que cuidei de mim.”* *“Já nem me olho mais no espelho”*. Em seguida uma das mulheres trouxe para a discussão uma fala reflexiva - *“prefiro nem me cuidar pois eu só me incomodo com o outro”* - no caso aqui, o “outro” referia-se ao companheiro, que segundo ela, tinha um comportamento agressivo quando sentia ciúmes.

Sob esse viés, esse discurso baseado em desconfiança e ideia de posse, traz novamente uma conexão do elemento, nesse caso o ciúme, com a masculinidade hegemônica, que é normativa, diretamente influenciada pelo patriarcado, contém em seu interior qual é a melhor forma de ser homem, pratica e legítima o poder da subordinação de mulheres por homens (EINHARDT; SAMPAIO, 2020).

A partir desta investigação, analisando os discursos destas mulheres, consideramos, a necessidade de dedicar uma escuta mais atenta a elas, dando voz aos seus temores e contribuir de forma que compreendessem a magnitude de se posicionar no seu lugar de fala, tomando consciência da sua força interior e por consequência, sua capacidade de ajudar outras mulheres que sofrem violência. A partir destes encontros e das reflexões que surgiram, sugerimos ao

grupo encontros periódicos para trocas e para pensarmos ações que poderiam ajudar as mesmas no período entressafra

Passemos então à etapa seguinte, na qual abordaremos a intervenção. Com a finalidade de organizar o processo de intervenção mencionado, articulou-se, a partir da concordância das mulheres, encontros periódicos, os quais ocorreram uma vez ao mês, com início às 17:30 na sede da empresa em estudo, com duração de até duas horas. O objetivo de tais encontros foi dedicar a elas uma escuta ativa, acolhimento e também, buscar alternativas de renda fora do contexto da safra, surgindo então as discussões sobre oficinas de aprendizagem. A pesquisadora, negociou todo esse processo precisamente com as empresas. A logística também seria custeada pela referida empresa, com isso, os ônibus passariam nos horários agendados nas paradas próximas às suas casas e no retorno, da mesma forma. Eram recepcionadas com um lanche especial. Toda a organização de datas e horários foram articuladas em acordo com as participantes, que definiam uma agenda possível, adequada com suas rotinas, contanto que os encontros ocorressem a cada trinta dias, isso para facilitar a participação de todas e evitar a evasão dos grupos. Assim, consoante ao regramento estabelecido, essa intervenção ocorreu conforme descrevemos na próxima etapa:

Iniciamos o primeiro encontro em setembro 2021 com as dez participantes selecionadas a partir do sorteio aleatório. Em um primeiro momento, com o intuito de contextualizar o ponto inicial de discussão, julgamos coerente apresentar a essas mulheres de forma detalhada qual seria a trajetória do projeto a partir daquele primeiro encontro. Outrossim, falamos sobre os motivos que nos levou a escolhermos o nome “Mulheres Girassol”, explicou-se sobre o formato dos encontros e sobre as oficinas de aprendizagem, alguns acordos foram estabelecidos, entre eles um pacto de confidencialidade, para garantir que os temas abordados não seriam repassados. Além disso, ressaltamos que o maior propósito dos encontros mensais era oportunizar acolhimento, compartilhar histórias e situações. Nesse contexto, abordamos sobre a intenção de produzirmos um documentário, cujo objetivo seria reproduzir suas falas, demonstrar a dimensão da participação da empresa no processo de acolhimento como também o impacto deste nas suas vidas. Também, contamos a elas que seriam presenteadas com um dia de beleza, com cabelo e maquiagem e na sequência, participariam de um ensaio fotográfico, como forma de encorajar e fortalecer a autoimagem além da autoestima e autovalorização. Entendemos oportuno ressaltar quanto a relevância das oficinas de aprendizagem, para que desenvolvessem outras competências e tivessem a possibilidade de uma renda alternativa no período de entressafra, gerando com isso mais segurança para suas vidas. Por conseguinte, abordamos sobre a etapa final de toda trajetória, a qual seria coroada com a divulgação do

documentário, entrega dos certificados de participação do projeto e das oficinas, juntamente com o álbum de fotos como reconhecimento e incentivo. Finalizamos essa primeira etapa ressaltando nosso compromisso de confidencialidade de maneira que as identidades seriam preservadas durante as gravações do documentário supracitado.

Neste contexto, sucessivamente os encontros passaram a ocorrer de forma mensal, seguindo o plano da intervenção. Nesse cenário, sendo o segundo deles em outubro 2021, com a presença de todas as dez mulheres, trabalhadoras. Neste encontro, falamos sobre o significado de relacionamento abusivo e violência doméstica, trazendo exemplos da mídia. Durante as falas, algumas delas se manifestaram sobre passar a entender claramente o que seria de fato um relacionamento abusivo. Neste ponto, entendemos importante evidenciar que Miranda *et al.*, (2010), afirmam que quando se fala em violência interpessoal, pode-se dizer que a intensidade de seu impacto na vida das pessoas está relacionada às características mais comuns em indivíduos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica (nutrição deficitária, traumas prévios e abuso na infância) e às características da agressão (intensidade, duração e natureza).

Feitas essas considerações sobre relacionamento abusivo e por consequência a violência interpessoal, passemos a refletir sobre a possibilidade de tais relações terem seus gatilhos disparados na infância, uma vez que, uma das mulheres participantes externou que, desde criança convivia com gritos e brigas com seu pai alcoolizado.

Assim sendo, finalizamos este encontro fazendo uma pesquisa entre as participantes para que todas verbalizassem suas linhas de interesse para as oficinas, as quais apresentaram as seguintes sugestões: manicure, cabelereira, confeitaria, pão caseiro, bolos, cucas, cuidadora de crianças, costura e artesanato. Além disso, reforçamos sobre o acordado no encontro anterior, de que a imagem e identidade de todas seriam preservadas no documentário, inclusive, estabelecemos nomes fictícios para nos referirmos a elas neste estudo, como o Projeto foi denominado Mulheres Girassol, concordamos que usaríamos nome de flores, sempre que nos referíssemos aos sujeitos durante a escrita, tanto do projeto quanto do artigo, também mencionado neste estudo. Nesta data todas as participantes receberam uma camiseta e uma caneca alusivos ao projeto, com forma de fortalecer nossa trajetória juntos.

Ainda sobre a intervenção, passemos a relatar o terceiro encontro, o qual ocorreu em novembro 2021, desta vez com a presença efetiva de nove mulheres, não obstante, pelo não comparecimento de uma das participantes sem qualquer justificativa para tal. Em adição a isso, é oportuno ressaltar que nesta data, uma, das nove mulheres presentes no local, locomovia-se

com dificuldades pois, estava com um ferimento, a mesma mencionou que havia caído uma faca sobre o pé.

Nesta data convidamos a assistente social da Mitra Diocesana, uma instituição filantrópica que trabalha exclusivamente nas comunidades das periferias em Santa Cruz do Sul (RS), para dar uma palestra sendo o tema abordado pela convidada: violência doméstica, sinais da violência, políticas públicas. Nesse sentido, a convidada aplicou nas participantes, a dinâmica do espelho, cujo objetivo foi fazer com que estas olhassem para si e se percebessem enquanto mulher forte. Outrossim, iniciamos nesta data, as tratativas para estruturarmos as oficinas com a Mitra e utilizarmos o espaço físico já existente nas comunidades. Uma ressalva importante é que percebemos o quanto a ausência de uma participante sem qualquer comunicação prévia, gerou preocupação entre as demais.

Na sequência, ocorreu o quarto encontro no mês de dezembro 2021, desta vez com a presença de apenas oito das dez mulheres selecionadas. Entretanto, desta vez, duas participantes informaram sobre a desistência do projeto, a partir de um recado enviado por uma das colegas que também fazia parte. Neste contexto, entende-se fundamental atentar para o fato de que, a renúncia partiu justamente das duas mulheres em destaque no encontro anterior, sendo uma pela ausência sem comunicação prévia e a outra pelo ferimento no pé, todavia, embora tenha mencionado anteriormente que tal ferimento ocorreu acidentalmente quando caído uma faca sobre seu pé, desta vez, contrariando seu discurso inicial, informou às colegas que foi ferida apartando uma briga onde o filho alcoolizado, agredia a nora.

Sobre isso, Algeri e Souza (2006) corroboram com a temática ao afirmarem que a violência acaba por interferir não somente na relação que se estabelece entre aqueles que estão em conflito, mas também nos demais membros da família. Por exemplo, agressões verbais e físicas trocadas entre pai e mãe também atingem os seus filhos, sejam crianças ou adolescentes, que vivem e são espectadores, testemunhas e vítimas da violência no âmbito familiar. Em relação a outra ausência do grupo, fomos surpreendidas ao recebermos do seu atual companheiro um áudio ríspido dizendo: a “fulana” não vai mais nessa “bobajada” por que tem filho pra criar e casa pra cuidar.” Por conta disso, entendemos prudente não insistirmos.

Desse modo, Einhardt e Sampaio (2020) reiteram que um elemento que merece destaque é a suspeição que paira em outras figuras femininas como “influenciadoras negativas” sobre o comportamento de alguém, como se ela fosse facilmente manipulada, criando uma divergência com a orientação dada por aquele que, supostamente, deveria ter exclusividade na definição do comportamento da companheira.

Ademais, as duas desistências ocorridas reverberaram preocupações e trouxeram à luz algumas discussões pelo fato de que aquelas mulheres, estavam abrindo mão do seu bem estar e acolhimento no grupo, por medo de contrariar os sujeitos, neste contexto denominados um como companheiro e o outro como o filho mais velho, os quais, conforme mencionado no fragmento anterior, foram de fato o pivô para que aquelas mulheres, fossem diretamente afetadas, sendo uma pela desistência em forma de ameaça e a outra por ter sofrido violência física ao se envolver na agressão do filho.

Ainda no quarto encontro, falou-se sobre as oficinas e explicamos as participantes sobre as dificuldades de estruturá-las por ser final de ano, mas que estávamos organizando para iniciar em 2022. Fizemos então uma confraternização pela proximidade do Natal, elas comentaram como estavam se sentindo naquele momento, a partir dos encontros. Nesta ocasião, apesar da tensão ocorrida pelas desistências, tivemos falas muito positivas e motivadas para seguir com a intervenção, inclusive elas externaram o quanto se sentem fortalecidas e encorajadas, além disso, demonstraram grande preocupação quanto ao término desta intervenção, pois ali, se sentiam acolhidas, valorizadas e acima de tudo fortalecidas para seguir em frente.

Não obstante, cabe aqui ressaltar alguns percalços ocorridos ao longo dessa trajetória uma vez que, logo no início de janeiro de 2022, recebemos o tão aguardado retornos da Mitra Diocesana, instituição já mencionada, a qual nos cederia o local para que organizássemos as oficinas de costura e padaria, entretanto, esse retorno foi negativo, tendo em vista que, segundo a assistente social nos informou, não seria possível seguirmos com a parceria naquele momento, pois, o referido local passaria por uma reforma. Diante dessa negativa, nos deparamos com o grande desafio de buscar outro formato para as oficinas, considerando a importância do nosso compromisso assumido com as mulheres em estudo, para passarmos estes detalhes no primeiro encontro do ano, o qual, ocorreria ainda janeiro do corrente ano.

Frente aos obstáculos que se apresentavam, a pesquisadora, articulou junto a empresa que autorizou a contratação dos cursos/oficinas, em instituições privadas, sendo assim, negociou-se com o SENAC e Instituto Mix, os quais estruturaram oficinas de pães,ucas e bolos, especialmente para as participantes do Projeto “Mulheres Girassol”, sendo estes custeados totalmente pela empresa. Assim, com o suporte da empresa, deu-se encaminhamento ao quinto encontro que aconteceu ainda em janeiro de 2022 com a participação de oito mulheres. Por ser este o primeiro encontro do ano, trabalhamos com um viés motivacional, portanto, convidamos uma psicóloga que colaborou com o projeto, para falar sobre felicidade e sonhos. Foi um momento de grande reflexão pois quando questionadas sobre seus sonhos, nenhuma das mulheres manifestou de fato um sonho pessoal, todas falaram de sonhos para os filhos. Da

mesma forma, a felicidade sempre estava relacionada à conquista de um filho, nunca à delas. Então a psicóloga fez algumas provocações para que entendessem que precisavam estar em primeiro lugar nas suas vidas, foi um momento muito impactante, uma vez que se percebeu grandes dificuldades, por parte das mulheres, em externar seus próprios sonhos e felicidade.

Relacionamos essa discussão com Ramos *et al.* (2020) que ao questionarem - Quem não deseja ser feliz? Para esta pergunta responderíamos facilmente que “todos buscam ser felizes”. A Felicidade como uma idealização é algo que passamos toda a existência buscando, mas o que é ser feliz e o que faz as pessoas felizes são atravessamentos que devem ser discutidos, uma vez que na modernidade há uma exigência social internalizada de que se deve ser feliz o tempo todo. Existe esta tal felicidade idealizada e contínua? Como cada indivíduo busca e cria suas formas individuais de ver e buscar a felicidade?

Sob tais questionamentos, ainda segundo os autores, as definições de felicidade estão geralmente associadas ao estado emocional positivo. Sócrates dizia que buscar ser feliz era uma tarefa de responsabilidade do indivíduo. Em seguida, Aristóteles concluiu que alguns objetivos eram perseguidos pela humanidade como meios de se atingir a felicidade: a beleza, a riqueza, a saúde e o poder (FERRAZ; TAVARES; ZILBERMAN, 2007).

Feitas essas considerações sobre felicidade, retomamos a intervenção com o próximo encontro onde ocorreram as tratativas e organização para o dia de beleza, o ensaio fotográfico e as gravações do documentário, agendado para o dia 19/02/22, sendo a data definida em comum acordo entre todas as participantes. Além disso, ainda neste encontro de janeiro, conversamos sobre as oficinas de aprendizagem e todas foram informadas sobre local, data, horários e também como funcionaria a logística para os cursos, uma vez que todo o processo estava sendo custeado pela empresa, conforme já mencionado. Por fim, acordamos que em fevereiro, excepcionalmente, faríamos dois encontros, para que pudéssemos apresentar a todas as participantes os parceiros que trabalhariam conosco no dia 19/02/22, tanto no ensaio fotográfico quanto na gravação do documentário, o que aos olhos de todos os envolvidos seria fundamental para fortalecimento da relação de confiança e, por consequência, geraria tranquilidade às mulheres envolvidas.

Desta forma chegamos ao sexto encontro no mês de fevereiro de 2022, ainda com oito mulheres trabalhadoras participando e engajadas com a intervenção. Nesta data, os tópicos abordados foram: padrões de beleza e autocuidado. Escolhemos essa temática como um processo preparatório não só para o ensaio fotográfico, como também para que se sentissem confortáveis no salão de beleza e durante a gravação do documentário, tendo em vista não estarem habituadas a tal exposição. Assim quando falamos sobre beleza, uma das participantes,

a mais velha delas, deu um depoimento impactante, quando relatou que não gostava de se olhar no espelho, pois ao ver sua imagem refletida nele, sentia vontade de chorar, uma vez que ao longo de sua vida, escutou reiteradas vezes do ex-marido que era uma mulher horrível. Tal agressão verbalizada por ele, lhe afetou de tal forma que seu rosto refletido no espelho, lhe gerava ansiedade. Assim, esse discurso demonstra a violência praticada pelos companheiros dessas mulheres, então, a partir disso, Ramos *et al.* (2020) corroboram com a reflexão: de quem é o corpo feminino? As mulheres, seus corpos, posicionamentos e vida estão a serviço de manutenção da dominação patriarcal? Como as mulheres veem e vivem nestas relações e quais são os meios que buscam para as rupturas com esses padrões? Desse modo, ser mulher nessa cultura normativa, envelhecer sob certas perspectivas e cobranças em torno de uma feminilidade, parece ser um desafio diário, sendo atravessadas não só pelo envelhecimento físico, como também por alterações nas posições sociais ocupadas no mundo laboral e familiar.

Assim sendo, concluímos as reflexões sobre padrões de beleza e autocuidado e passamos para definições relacionadas à logística do encontro, os horários para o dia 19/02/22. Além disso, conforme acordado no encontro anterior apresentamos os parceiros que estavam colaborando com o projeto (empresa de publicidade, fotógrafa, cabelereira e maquiadora), que, conforme e cada um deles firmou um compromisso de garantir a confidencialidade do processo e conduzir aquele momento dentro das expectativas das participantes. Reforçamos que, todos estes profissionais foram custeados pela empresa, contudo, por se tratar de um projeto social com viés acadêmico, trabalharam com valores menores do que o custo normal.

Finalmente, chegamos no sétimo encontro, ainda em fevereiro 2022, para a execução do dia de beleza, ensaio fotográfico e gravação do documentário, com as oito participantes. Conforme organizado no encontro anterior, nesta data, as mulheres, participantes deste estudo, pegaram uma Van disponibilizada pela empresa e foram direto para o salão. Como a gravação do documentário e as fotos ocorreriam nas dependências da empresa, que fica à 20 km do centro da cidade, o horário agendado para estarem no salão foi 5:00 da manhã. Quando lá chegaram passaram pela produção de cabelo e maquiagem segundo o cronograma organizado previamente, além disso, a fotógrafa contratada já às aguardava no local para iniciar as primeiras fotos, na sequência, foram para a sede da empresa, para continuidade do ensaio fotográfico e gravação do documentário. Chegando lá, foram recepcionadas com um farto café da manhã, que foi providenciado, devido as participantes estarem desde muito cedo acordadas, portanto, precisavam se alimentar. Entendemos oportuno mencionar que alguns contratemplos ocorreram neste dia, o primeiro deles foi o fato de que uma das participantes não ter comparecido na hora marcada para pegar a Van logo no início na manhã e ir ao salão, então

pegamos um carro e junto com outra participante que conhecia a localização por ser vizinha, fomos até seu endereço no intuito de não deixar que perdesse a oportunidade. Foi um momento muito tenso pois, ao chegarmos no local, nos deparamos com a vulnerabilidade do bairro e difícil acesso até a residência desta participante, contudo, conseguimos contatá-la, levá-la até o salão para que desse seguimento ao combinado. O segundo contratempo, ocorreu com em função de que uma das mulheres estava no final da sua gestação, com data provável do parto para o mês de março, a vista disso, pensando no seu conforto e bem-estar, foi a primeira a ser atendida no salão de beleza e logo levada de carro para a empresa, cuja distância já mencionada, era de aproximadamente 20 km. Quem a levou foi a própria fotógrafa que também precisava se deslocar para o local, qual seja, a empresa. Enquanto isso ocorria, a pesquisadora, já estava aguardando todas as mulheres do projeto nas dependências da empresa com o café da manhã já referido, além disso, iniciando com a empresa de publicidade as primeiras gravações para o documentário. Então, quando a fotógrafa chegou com a gestante, priorizamos sua participação tanto no ensaio fotográfico quanto na gravação do seu relato para o documentário, com o propósito de que a mesma pudesse ser dispensada rapidamente. Entretanto, assim que tomou seu café, começou a sentir fortes contrações, então percebemos que poderia estar entrando em trabalho de parto e, com todo cuidado e urgência, foi conduzida até sua residência, onde junto com sua mãe, foi levada ao hospital e logo internou.

Neste momento, através da própria mãe, soubemos que se tratava de uma gravidez não assumida pelo “pai”. Dessa forma, a criança nasceu no mesmo dia e a mãe, no caso a mulher participante do projeto, foi encaminhada ao CTI, por estar com outras complicações. Todavia, estas informações somente chegaram ao nosso conhecimento no final do dia, quando já havíamos concluído todas as etapas do processo de intervenção. Dito isso, retomamos ao processo inicial, onde, na sequência, todas as participantes chegaram nas dependências da empresa, sendo este um momento de grande impacto, uma vez que afirmaram nunca terem passado por um processo de cuidado pessoal, estavam se sentindo lindas e radiantes, por conta disso, externaram ainda que o sentimento era de grande emoção. Ademais, a mesma senhora que em um dos encontros, conforme já citado nesta pesquisa, revelou ter um grande problema relacionado a sua autoestima, alegando que nunca se olhava no espelho pois sentia ansiedade ao ver sua própria imagem, disse com um grande sorriso no rosto “*eu sou muito linda, agora eu sei disso.*”

Para Castro *et al.* (2020), é fundamental evidenciar que o domínio de autopercepção é definido como “Percepção de si mesmo”, a redução ou ausência de apoio social parece contribuir com o desenvolvimento de percepções distorcidas, ideias negativas a respeito de si,

dos outros e das relações, além de promover uma maior sensibilidade à rejeição e reprovação social. Assim, é provável que a autoestima seja prevista negativamente por meio da percepção insuficiente do apoio social, e que isto decorra de um processo de retroalimentação. Sobre isso, Simone de Beauvoir explicita que,

[...] quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos é mantido numa situação de inferioridade, ele é de fato inferior; mas é sobre o alcance da palavra ser que precisamos entender-nos; a má fé consiste em dar-lhe um valor substancial quando tem o sentido dinâmico hegeliano: ser é ter-se tornado, é ter sido feito tal qual se manifesta. Sim, as mulheres, em seu conjunto, são hoje inferiores aos homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores. (BEAUVOIR, 1960, p. 18).

Sendo assim, dando sequência, no dia 21 de março de 2022 as oito mulheres participantes do estudo supracitado, iniciaram a primeira oficina deucas e bolos no SENAC. Evidentemente, por se tratar de um projeto que envolve pessoas, há de se levar em consideração que cada uma delas imprimiu ao longo dessa trajetória suas questões pessoais. Sob essa perspectiva, entendemos o sujeito como parte de um contexto social vulnerável, que tem como premissa desistir em primeiro lugar de si em detrimento ao outro. Dito isso, passemos ao cronograma organizado para esta data.

As mulheres participantes do estudo, foram orientadas assim como no processo inicial, a pegar a condução em datas e horários acordados no último encontro, e se dirigirem ao SENAC para o curso deucas e bolos. Entretanto, somente três participantes compareceram. No local onde ocorreria o curso, ou seja, na sede do SENAC, a pesquisadora estava aguardando as participantes para recepcioná-las e fazer as fotos necessárias a fim de compor o documentário. Entretanto, entramos em contato com as cinco mulheres que não compareceram e somente duas delas atenderam às ligações das pesquisadoras, com algumas justificativas, sendo que uma delas estava com seu bebê recém-nascido com cólicas, a outra mencionou que havia estourado um cano na sua residência e, as demais, não atenderam as ligações. Por fim, nesta data as três integrantes que compareceram fizeram o curso com sucesso.

Mais uma vez faz-se necessário a reflexão sobre quais os reais motivos que fizeram aquelas mulheres abrirem mão de uma oportunidade sem qualquer justificativa plausível. Diante disso, entendemos oportuno agendarmos ainda no mês de março um novo encontro uma vez que precisávamos compreender o que estava ocorrendo de fato com aquelas para não comparecerem na primeira oficina, mas principalmente, buscarmos alternativas capazes de convencê-las a não perderem a segunda oportunidade que ocorreria no dia 24 de abril de 2022. Entretanto tal agendamento só foi possível no início de abril e assim ocorreu. Nesta oportunidade, quando ligamos e contatamos as participantes, oferecemos a elas como incentivo

para irem ao encontro no início de abril, uma cesta básica, contudo, somente seis das oito mulheres confirmaram e compareceram. Percebemos que havia um motivo intrínseco forçando estas mulheres a ter este comportamento, mas não tínhamos clareza sobre isso.

Enfim, nos encontramos na data e local marcados, contamos com a presença efetiva de seis mulheres, sendo a temática deste encontro as falas das que participaram da oficina de cucas e bolos, que, para nossa surpresa, assumiram um lugar de força e liderança, trazendo nos seus discursos uma entonação de incentivo e motivação para as demais que não haviam participado. Soubemos então nesta oportunidade, que das cinco ausentes na primeira oficina, duas delas mandaram recado através das colegas ali presentes, que não iriam mais participar, sem justificativas contundentes, sendo que a outra simplesmente não compareceu mais e nem justificou. Neste momento, uma das mulheres participantes do projeto, afirmou ser vizinha de duas colegas entre as três que desistiram, por conta disso, tinha conhecimento de que elas enfrentavam grandes problemas com seus filhos usuários de drogas, inclusive, cabe aqui ressaltar que, entre elas está a mesma que no dia agendado no salão de beleza, tivemos que buscá-la em casa por ter se atrasado.

Além disso, fomos informados que a terceira participante, a que abandonou sem justificativa, sofria violência perpetrada pelo seu atual companheiro. A partir de uma contínua reflexão sobre a temática da violência, é importante evidenciar que no Brasil, a legislação que defende e orienta mulheres que estão em situação de violência doméstica é a Lei nº 11.340/06, mais conhecida como Maria da Penha, a qual inclusive foi alicerce para este estudo. Essa lei, além de ser considerada o principal documento jurídico para lutar contra a violência doméstica, também retrata um sujeito específico, aquele que comete a violência, que também a naturaliza, o principal responsável por reproduzir ações violentas: o homem autor de violência. Sendo assim, a partir desta etapa, seguimos com apenas cinco mulheres das dez que iniciaram a pesquisa e fizeram parte que nos levou a este número, ou seja, 50%.

Partimos, então, para a análise de alguns recortes discursivos das participantes e analisemos as justificativas para as renúncias e abstenções ocorridas ao longo dessa trajetória, é possível inferir que as questões que permeiam a vida das participantes estão diretamente relacionadas ao abuso, e violência. Outra ressalva importante é a de que a figura do opressor nem sempre está só no companheiro, ela também configura os filhos na idade adulta. Nesse contexto, vale aqui referenciar (EINHARDT; SAMPAIO, 2020) mencionam que por anos considerou-se que a violência doméstica fosse algo a se resolver entre quatro paredes, como revela a expressão popular “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”, porém, após muita luta e resistência do movimento feminista, a violência doméstica começou a deixar de

ser um assunto privado, tornando-se público e, principalmente, uma questão política marcada por assimétricas relações de poder.

Diante do exposto, seguindo o cronograma estabelecido, no dia 24 de abril, as cinco mulheres que seguem engajadas com a intervenção, participaram da oficina de pães e bolos, a qual ocorreu na sede do Instituto Mix de Profissões, na cidade de Santa Cruz do Sul. Ademais, assim como na oficina anterior, a logística seguiu o mesmo formato, da mesma forma, foram recepcionadas no local pela pesquisadora. Vale aqui ressaltar que contrariando o ocorrido na oficina anterior, todas as cinco mulheres compareceram e cumpriram o agendamento. Por conseguinte, e a pedido das participantes nos meses subsequentes os encontros foram mantidos sendo que no mês de maio, elas entraram em contato com a pesquisadora para solicitar o agendamento do referido encontro, que ocorreu no dia onze do referido mês, nesta ocasião, os temas abordados foram as oficinas. Foi surpreendente o nível de motivação das participantes pela aprendizagem, os relatos foram muito positivos, sendo inclusive motivo de forte emoção entre elas, quando uma afirmou que conseguiu, pela primeira vez unir a família, com o objetivo de ensinar sua mãe e sua filha a fazer cucas, em adição afirmou ainda que na sua concepção, mais importante do que acertar a receita foi ter a oportunidade de estar com elas em um momento feliz e finalizou com a fala: “*eu que sempre fui burra, consegui ensinar minha mãe e minha filha*”. Cabe aqui uma discussão sobre a mudança comportamental destas mulheres que, diferente das outras vezes, tomaram iniciativa no intuito de agendar o encontro. Além disso, é fundamental atentarmos, com essas considerações, para o fato de que a participação nas oficinas de aprendizagem reverbera o fortalecimento da autoestima e também de empoderamento.

Vale aqui referenciar Sardenberg (2006), para feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para feministas, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal.

Ainda sobre os encontros mensais, ocorreram mais dois, sendo um em junho e outro em julho, no qual foi organizado pela pesquisadora, uma solenidade, alusiva à conclusão de todo o Projeto Mulheres Girassol, nesta oportunidade, foram entregues os certificados de participação nas oficinas de aprendizagem, o certificado de participação no Projeto Mulheres Girassol, assim como, um álbum contendo todos os registros do ensaio fotográfico, como uma forma de fortalecimento e manutenção da força, altivez coragem. que está em consonância com o que reza a lenda sobre o Girassol.

É nesse sentido que, entendemos ser de extrema relevância dar continuidade aos encontros, pois esta intervenção foi o fator disparador para dar coragem e força a essas mulheres, pela avaliação feita ao final do projeto.

2.3 As mulheres e o enfrentamento da situação de violência

A “libertação do indivíduo” é possível por meio do empoderamento, encorajando à participação em espaços comunitários, potenciando o exercício da cidadania (TELLO, 2017). O termo empoderamento geralmente é traduzido da língua inglesa da palavra empowerment e apresenta dificuldade de interpretação quando traduzido para o português e espanhol. É uma palavra que pode expressar domínio, poder, conquista e posse. Mas também expressa domínio sobre alguém, o que significa controle, poder, autoridade. Também tem conotação de emancipação, que significa tornar livre e independente (SOUZA *et al.*, 2014). Sob um olhar crítico, o empoderamento está ligado à transformação e à consciencialização de uma sociedade, o que leva à libertação. É o resultado de uma práxis de reflexão (FREIRE; SCHOR, 2011).

Contudo, estudos demonstram que a maioria das mulheres está longe da liberdade intrínseca ao empoderamento. Para Butler (1993), as práticas de exclusão são constitutivas do processo de produção do sujeito. Esse processo, por sua vez, é ocultado e internalizado à medida que os sistemas de poder que o produzem alegam meramente representá-lo. Afinal, o que é uma mulher? Na teoria crítica feminista Butler denuncia as exclusões engendradas pelo sujeito universal, mesmo em movimentos que reivindicam para si o papel de críticos do sistema de poder vigente, como o feminismo. Seu principal argumento, portanto, é o de que o sujeito que representa as demandas das mulheres é também um produto das relações de poder que pretende combater:

O sujeito é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que “aparecem”, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. O poder jurídico “produz” inevitavelmente o que alega meramente representar; conseqüentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual do poder: política e produtiva (BUTLER, 2015, p. 213).

É preponderante salientar ainda que, de acordo com Simone de Beauvoir (1960), cuja corrente filosófica é o existencialismo, em sua obra, *O Segundo Sexo*, “Ninguém nasce mulher:

Torna-se mulher” (p. 10). A autora defende a distinção entre sexo e gênero. O primeiro é um fator biológico, ligado à constituição físico-química do corpo humano. Já o segundo é construído pela sociedade, ou seja, ser homem ou ser mulher não é um dado natural, mas algo performático e social ao longo da história, cada cultura criou os padrões de ação e comportamento de determinado gênero. “Acusaram-na de ser “neurótica, frustrada, uma deserdada, uma mulher-macho, uma invejosa, amargurada repleta de complexos de inferioridade com relação aos homens, com relação às mulheres, roída pelo ressentimento” (BEAUVOIR, 1960, p. 214).

Em consonância, entendemos que é fundamental um olhar sob a perspectiva das autoras, quer seja pela teoria crítica feminista Butler, quer seja pela corrente filosófica do existencialismo de Beauvoir, para percebemos o quanto a mulher, ao longo da história da humanidade lutou, luta e sem dúvida continuará lutando para ter voz. Uma vez que, conforme evidenciou-se na trajetória desse projeto, que ela, enquanto sujeito oprimido, tem dificuldades de entender de fato, qual é o seu lugar.

Dito isso, retomando o objetivo deste estudo e a relevância de sua intervenção, cabe neste momento, além de mostrar a importância do envolvimento das empresas nas questões pessoais de suas colaboradoras, evidenciar a mudança comportamental ocorrida nestas trabalhadoras a partir da possibilidade de lutar contra as situações de violência. Ao longo do projeto percebemos o posicionamento em sua fala, além do fortalecimento da autoestima, proporcionados com a oportunidade de trocas, reflexões e participação no projeto.

Sob essa perspectiva, entendemos que as participantes, com seus relatos de luta e enfrentamento, podem ser capazes de despertar a consciência de outras mulheres, como também de outras organizações, pois, ao falarem sobre a participação da empresa no fortalecimento para encarar a problemática, estão tornando a questão mais evidente e robusta. Desta forma, podemos compreender a partir de todas as questões evidenciadas através dos questionários, grupo focal e da intervenção, que a mulher enquanto sujeito, foi “doutrinada”, “programada” ou de fato “concebida” para servir, cuidar, acolher e abdicar de algo, ou de tudo em detrimento do outro. Sobretudo pelo fato de que refletir sobre o seu papel como mulher, como ser singular, não necessariamente o papel que desempenha para outras pessoas, não foi uma tarefa fácil. À medida que, se fez presente, de alguma forma, a figura do opressor, que inclusive “a fez desistir”, ao considerarmos que concluímos a intervenção com 50% do grupo inicial. Todavia, outro aspecto que precisa ser pontuado é o quanto o posicionamento da empresa, assumindo o papel de zelar, direcionar e principalmente acolher, foi fundamental para que as mulheres que permaneceram no processo se sentissem seguras e capazes para seguir.

3 APRESENTAÇÃO DO ARTIGO

A mulher em vulnerabilidade social e a relação com a violência familiar

La mujer en vulnerabilidad social y violencia familiar

The Woman in social vulnerability and family violence

Resumo

INTRODUÇÃO: A vulnerabilidade da mulher é um tema recorrente e inesgotável, o qual permeia a humanidade que se conceitua como patriarcal desde seus primórdios. Partindo disso, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a condição de mulheres em vulnerabilidade social e sua relação com o fenômeno da violência familiar. **MÉTODO:** O percurso metodológico adotado se caracteriza a partir de um estudo exploratório do tipo observacional descritivo. Para a coleta de dados selecionou-se uma amostra não probabilística, intencional de 100 trabalhadoras de uma empresa multinacional do interior do RS. **CONCLUSÃO:** A partir desse estudo, verificou-se que as mulheres trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social possuem características comuns, entre elas pouca escolaridade, baixa condição socioeconômica, construção familiar desestruturada, além da falta de compreensão sobre o contexto da violência familiar e, por consequência, do enfrentamento desta.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade. Violência Contra Mulher. Relações Familiares.

Abstract

INTRODUCTION: The women vulnerability is a recurring and inexhaustible theme, which permeates humanity that has been conceptualized as patriarchal since the beginning. Based on this, this article aims to reflect on the condition of women in social vulnerability and their relationship with the phenomenon of family violence. **METHOD:** The methodological approach adopted is characterized from an exploratory, observational and descriptive study. For data collection, a non-probabilistic, intentional sample of 100 workers from a multinational company in the interior of Rio Grande do Sul was selected. **CONCLUSION:** From this study, it was concluded that working women in situations of social vulnerability have common characteristics, including low schooling, low socioeconomic status, unstructured family construction, in addition to a lack of understanding of the context of family violence and, therefore, consequence of facing it.

Keywords: Vulnerability. Violence against women. Family relationships.

Resumen

INTRODUCCIÓN: La vulnerabilidad de las mujeres es un tema recurrente e inagotable, que permea a la humanidad que, por su vez, ha sido conceptualizada como patriarcal desde el comienzo. Delante de eso, este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la condición de la mujer en vulnerabilidad social y su relación con el fenómeno de la violencia familiar.

MÉTODO: El abordaje metodológico adoptado se caracteriza a partir de un estudio exploratorio, observacional y descriptivo. Para la recolección de datos, se seleccionó una muestra no probabilística intencional de 100 trabajadoras de una empresa multinacional del interior de Rio Grande do Sul.

CONCLUSIÓN: A partir de este estudio, se constató que las mujeres trabajadoras en situación de vulnerabilidad social tienen características comunes, entre ellas baja escolaridad, bajo nivel socioeconómico, construcción familiar desestructurada, además de falta de comprensión del contexto de violencia familiar y, por tanto, consecuencia de enfrentarlo.

Palabras claves: Vulnerabilidad. Violencia contra las mujeres. Relaciones familiares.

Introdução

A vulnerabilidade da mulher é um tema recorrente e inesgotável, o qual permeia a humanidade desde seus primórdios. Embora essa temática venha ganhando espaço na produção científica e no discurso daqueles que trabalham com serviço social e saúde, ainda há pouca discussão sobre o que de fato leva às mulheres a tal condição. Relacionada à temática da vulnerabilidade, tem-se a persistência da violência contra a mulher – tida como um grande problema de saúde pública – e reconhecida como uma quebra dos direitos humanos, atingindo não somente o direito à vida, mas também a saúde física e mental, pautadas na questão de gênero, podendo ocorrer tanto em ambientes públicos como privados (Arboit et al., 2018). Os autores afirmam que é um problema fundamentado nas relações de poder, entre homens e mulheres, e nas desigualdades entre os mesmos que foram construídos ao longo da história, onde a agressividade se instalou sob o poder machista, deixando a mulher à mercê de vários tipos de abusos na atualidade.

Nessa perspectiva, ainda sob a esteira da vulnerabilidade, está a vítima que sofre os efeitos da violência, por vivenciar situações de adversidade no seu cotidiano, mesmo sem perceber, reverbera a condição de submissão e incapacidade, muitas vezes por não se sentir suficientemente forte para pedir ajuda e assumir seu lugar de fala. Nesse sentido, torna-se evidente a complexidade da situação de violência, uma vez que suas diferentes formas são ora toleradas e ora condenadas, de acordo com diferentes contextos.

As diferentes formas de violência contra a mulher que podem ser físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais e morais, são um problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos, como já foi referido anteriormente (Ferreira et al., 2020). Estimativas globais publicadas pela OMS indicam que aproximadamente uma em cada três mulheres (35%) em todo o mundo sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida (Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS], 2019).

Um marco importante na luta das mulheres contra as desigualdades de gênero acontece no dia 8 de março de 1957 na cidade de Nova York – Estados Unidos da América, onde um grupo de operárias de uma fábrica têxtil inicia uma greve em busca de melhorias nas condições de trabalho, uma carga horária reduzida e salários iguais aos dos homens, essas mulheres acabaram sendo vítimas de um incêndio dentro da fábrica onde 130 tecelãs morreram carbonizadas. Assim, foi em homenagem a esse grupo que durante uma conferência na Dinamarca foi criado no dia 8 de março de 1910, o “Dia internacional da mulher”, que é comemorado até os dias atuais (Lira, 2019).

Apesar de buscarem meios para resistir as opressões cotidianas, a população feminina ao longo da história, vem sendo vítima das diferentes violências, além de serem expostas a situações de vulnerabilidade social. Em vista disso, seus direitos foram fortalecidos com a criação da ONU Mulheres, pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2010, a fim de empoderar e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais, melhorar a qualidade de vida, fortalecer o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos. Suas principais estratégias são: liderança e participação política, empoderamento, combate à violência contra as mulheres, paz, segurança, emergências humanitárias, governança, planejamento e normas globais e regionais. Lamentavelmente, o direito das mulheres veio tardiamente e originou gerações inferiorizadas, suscetíveis a riscos e situações de fragilidade, cujo resultado causa o padrão de dominação masculina, criando barreiras para a autonomia pessoal e propiciando a desigualdade (Durand et al., 2021).

Ainda sobre desigualdade de gênero, esta é a principal causa de violência contra a mulher, na qual se destaca uma relação de incompatibilidade de poder, em que os comportamentos e escolhas são limitadas para a figura feminina. Ademais, em muitos casos, as mulheres ficam ao lado do agressor por falta de recursos financeiros, constrangimento, medo, bem como para a proteção dos filhos, e pode até vir a ocorrer o feminicídio por desconsiderar a dignidade da vítima enquanto mulher (Andrade et al., 2011).

Safiotti (1999), afirma que a violência de gênero é um conceito mais amplo, abrangendo vítimas não só mulheres, mas também crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência

Ademais, a pobreza e a violência são definidas como processos de suscetibilidade ou condições inerentes à vontade individual, deixando os indivíduos expostos à exploração e à coerção. As políticas de saúde, especialmente para a promoção da saúde, são ferramentas importantes para enfrentar essas vulnerabilidades. Diante disto, este estudo possui como alicerce o Instituto Maria da Penha (IMP), que no artigo 5º da Lei Maria da Penha pontua que violência doméstica e familiar contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Lei n. 11.340, 2006, p. 01). Com base nestas premissas o artigo tem como

objetivo refletir sobre a condição de mulheres em vulnerabilidade social e sua correlação com o fenômeno da violência familiar.

Nesse cenário, cabe mencionar que, no Brasil, o Ministério da Educação instituiu o Programa Mulheres Mil, em parceria com o governo canadense, entre 2007 e 2011, a fim de atender às mulheres em situação de vulnerabilidade social, promovendo educação profissional e tecnológica, proporcionando melhora da qualidade de vida de todos os envolvidos no processo de empoderamento das mulheres atendidas. Trata-se de uma iniciativa importante para sensibilizar a comunidade sobre essa temática, no entanto, a mesma não se faz suficiente. Há eminente necessidade de inserir debates acerca desse tema na pauta das políticas públicas, na busca por um processo educacional igualitário, não patriarcal, que discuta padrões de gênero, ampliando assim os espaços de discussão com direito de fala ao público em questão, para que se sintam seguras e empoderadas (Durand et al., 2021).

Dessa forma, ao pensar o contexto mais amplo onde ocorre à violência, precisa-se compreender o conceito de vulnerabilidade social. Assim, podemos entendê-la através dos escritos de Carmo e Guizardi (2018), que a compreendem como uma conjugação de fatores que pode afetar o nível de bem-estar das pessoas, famílias ou comunidades e que resulta em uma exposição maior ao risco. Sob essa perspectiva, o texto vem composto de quatro seções além desta introdução. Na primeira seção é apresentada a discussão teórica sobre violência doméstica e vulnerabilidades afirmando que são contextos interligados; na segunda seção, há a discussão das estratégias metodológicas utilizadas na pesquisa, na terceira seção a discussão dos principais resultados e, na quarta seção, apresentamos uma breve conclusão do estudo.

Violência doméstica e vulnerabilidades: contextos interligados

Conforme Bandeira (2014), os estudos feministas sobre a violência de gênero consideram, em especial, o patriarcado como um dos pilares dentro deste contexto e, de modo correlato, a posição de dominação simbólica masculina. Contudo, reconhecem que há outros elementos que compõem essa dinâmica. Dessa forma, o patriarcado e a dominação masculina, se tomados isoladamente, seriam causas insuficientes para se explicar a violência contra a mulher.

Destaca-se também o fato de que tais atos violentos normalmente partem de parceiros íntimos, o que torna a situação ainda mais ampla e complexa. Ademais, se trata de um fenômeno social, fazendo-se presente em múltiplos lugares e classes sociais, representando um grande problema de saúde pública, visto que impacta de forma significativa a vida em sociedade. No

que se refere à concepção de vulnerabilidade, os autores, denotam a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos. Não obstante, as críticas em torno de sua indefinição conceitual associado à noção de risco, a adoção de tal categoria, ao mesmo tempo em que buscou definir o objeto próprio e específico da assistência social, se contrapondo ao esvaziamento teórico-metodológico de suas entregas, aproximou-se de uma solução terminológica típica de correntes neoliberais e orientações de organismos internacionais (Chagas et al., 2022).

Ainda cabe afirmar que a vulnerabilidade remete à fragilidade em que determinados grupos populacionais se encontram e, portanto, este conceito envolve abordagens integradas e pode ser considerado como oposto ao conceito de saúde. No campo da saúde pública, esse conceito incorpora elementos sociais, econômicos, culturais, com presença na bioética, na saúde mental, ambiental e na epidemiologia, uma vez que um contexto vulnerável é resultado de um conjunto de aspectos individuais, coletivos e contextuais (Bauermann & Lutinski, 2022).

Além disso, há a situação de vulnerabilidade das famílias, que está relacionada à sua situação de carência financeira, exploração e abuso, aspectos psicossociais e culturais. A miséria se expressa de muitas formas e expõe indivíduos a condições de vida muitas vezes a níveis abaixo da dignidade humana, interferindo na complexa dinâmica da vida familiar. Sobretudo porque, geralmente, a própria dependência existente em relação à mulher e o ambiente doméstico e seus membros, seja financeira ou, ainda, emocional, fomenta a situação de vulnerabilidade que, por sua vez, repercute nas condições de vida Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019).

Cabe ressaltar que o contexto da vulnerabilidade pré-dispõem a violência, dessa forma, o patriarcado sustenta e mantém, relações de poder e dominação dos homens (socialmente mais valorizados) sobre as mulheres, tendo consequências ainda mais graves sobre mulheres negras e pobres (Aguiar, 2015). Sob esse viés, o abuso contra as mulheres é um dos fenômenos de grande impacto no âmbito da saúde pública em geral e da psicoterapia familiar (Falcke et al., 2009). Isso porque, além de a vítima sofrer danos físicos, há também os danos psicológicos ocasionados nas partes envolvidas, uma vez que a violência doméstica não é episódica, pelo contrário, é corrente, socialmente tolerada e escondida pela vítima em nome da sacralidade da instituição familiar. Infelizmente, essa manifestação desumana e preocupante que se desenvolve no plano microssocial ganha, a cada dia, mais adesão, tendo em vista, conforme já mencionado no presente estudo, ser um problema fundamentado nas relações de poder, entre

homens e mulheres, e nas desigualdades entre os mesmos que foram construídos ao longo da história, onde a violência se instalou sob o poder machista.

Estudos indicam que algumas mulheres vítimas de violência doméstica têm dificuldades para sair de relacionamentos abusivos. Diante de uma cultura patriarcal que tipifica homens como “naturalmente” violentos e opressores e mulheres como precisando da proteção de um homem contra os demais, construiu-se historicamente uma normalização da violência que é imposta a elas, fazendo com que permaneçam em relacionamentos mesmo quando submetidas aos abusos dos companheiros (Zirbel, 2020).

Devido a isso, faz-se necessário recorrer a subsídios psicológicos e de ações articuladas para a promoção e prevenção da saúde (Adames et al., 2018). A autora Heleieth Saffioti (2015), em sua obra “Gênero, Patriarcado e Violência”, pontua que a violência familiar deriva de uma organização social de gênero que privilegia o sexo masculino. Ou seja, a mulher, além do sofrimento gerado pelo adoecimento da família, é penalizada por uma realidade desigual e discriminatória que impõe à figura feminina a ideia de submissão e menosprezo.

As desigualdades de gênero impactam de maneira negativa as relações interpessoais e afetivas, os ciclos sociais, o acesso aos direitos e os processos de reprodução social traduzidos nos modos de vida e trabalho das mulheres. Sob essa perspectiva, a violência gerada por esta desigualdade, uma vez perpetrada ou tolerada pelo Estado, configura um dos maiores desafios para a garantia dos direitos humanos e das liberdades das mulheres. Ressalta-se que tais desigualdades sociais podem ensejar situações de abuso por diferentes mecanismos. Isto é, há diferença na vivência destas situações por homens e mulheres; enquanto a maioria dos homens são vítimas na esfera pública, a relação opressiva sofrida pelas mulheres se dá com maior frequência no ambiente doméstico, sob condições severas e repetitivas. Assim, elas tornam-se inseguras e, à vista disso, ocupam menos espaços no âmbito social e são acometidas por sofrimentos emocionais que as impedem de crescer e avançar tanto profissionalmente como pessoalmente (IPEA, 2019).

Cabe afirmar que a violência de gênero no sentido do homem contra a mulher, e em sua amplitude, pode ocorrer tanto entre mulheres, quanto entre homens (Saffioti, 1999). Contudo, conforme à autora em suas abordagens e estudos, enfatiza mais a perpetrada pelos homens contra as mulheres, e, até mesmo, enquanto sinônimo de violência contra a mulher. Ainda sobre essa temática, a autora pontua que concerne preferencialmente às relações homem-mulher, o que não significa que uma relação entre duas mulheres ou dois homens não possa se enquadrar nesta categoria, porém destaca que “a violência de gênero possui conceito amplo, abrangendo vítimas mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos” (Saffioti, 1999, p. 115). A autora

define violência como a ruptura de qualquer forma de integridade de uma pessoa: física, psíquica, sexual e/ou moral. Ela pode se dar de forma explícita ou velada e estar, inclusive, de acordo com as normas sociais de determinada cultura.

Saffioti é defensora da utilização do termo patriarcado ao referir-se ao sistema que oprime as mulheres; em suas palavras, “colocar o nome da dominação masculina - patriarcado - na sombra significa operar segundo a “ideologia patriarcal” (Saffioti, 2015, p. 59). Opta, também, por analisar a dimensão material da opressão feminina. Dessa maneira, prefere utilizar o termo categoria social para referir-se tanto aos homens quanto às mulheres ao estudar o patriarcado, evitando análises individualistas que possam pender para perspectivas liberais. Menciona a máxima utilizada pelo feminismo radical, “o pessoal é político”, ao situar o patriarcado enquanto sistema político de dominação, manifestando-se tanto nas esferas públicas quanto privadas. Ainda que sejam diferentes entre si (a autora não o nega), estão inseridas dentro de uma lógica maior que as engloba, fazendo com que os constructos mentais, termo utilizado por Saffioti, se reverberem em práticas dentro e fora da realidade doméstica. Outra observação relevante é de que a autora rejeita o uso exclusivo do termo gênero ao estudar a opressão feminina: o considera demasiado generalizado e, por vezes, imbuído de ideologia.

Estratégias metodológicas

Este artigo consiste em um recorte do projeto de mestrado intitulado “Mulheres Trabalhadoras em Situação de Vulnerabilidade Social”, cujo objetivo foi compreender os fatores que motivam a violência familiar no cotidiano de mulheres da periferia de Santa Cruz do Sul/RS, em situação de vulnerabilidade social. O percurso metodológico adotado se caracteriza a partir de um estudo exploratório do tipo observacional descritivo. Para a coleta de dados selecionou-se uma amostra não probabilística, intencional de 100 trabalhadoras de uma empresa multinacional do interior do RS. A pesquisa teve como critério de inclusão: 1- ter união estável, 2 - atuar na empresa por pelo menos duas safras consecutivas e desta forma ser denominada neste contexto organizacional de “retornante”, 3 - estar em contrato vigente no mês de fevereiro de 2021. Todos os requisitos éticos foram cuidados, sendo o projeto devidamente aprovado, na sequência, após aprovação e aceite da instituição parceira iniciou-se o processo de investigação. A empresa disponibilizou espaço físico e acesso às trabalhadoras para que a pesquisadora explicasse os objetivos da pesquisa e apresentasse o TCLE, fazendo o convite para participação espontânea. A coleta de dados foi realizada na própria empresa, durante os meses de abril à julho de 2021, a primeira etapa foi aplicação de um questionário fechado, auto

aplicado disponibilizado em cópia física, para as 100 trabalhadoras. Após o convite e explicações, 85 mulheres aceitaram participar da pesquisa e preencheram o questionário auto aplicado, o qual continha questões sobre: 1) faixa etária, 2) escolaridade, 3) renda familiar, 4) estado civil, 5) quantidade de filhos, 6) número de pessoas no domicílio, 7) familiar envolvido com drogas e 8) familiar preso. Na sequência, após o preenchimento do questionário, foram sorteadas aleatoriamente 10 mulheres para participarem do processo de entrevistas, no qual a técnica utilizada foi Grupo Focal, sendo 10 encontros com duração de 30 minutos. Todas aceitaram participar, contudo, somente seis compareceram de fato aos grupos. O processo mencionado, foi realizado na empresa pós-expediente de trabalho, com datas agendadas previamente, em sala com condições de acústica e sigilo. A técnica do grupo focal enquanto atividade coletiva tem como um dos objetivos buscar compreensões da construção social de percepções, atitudes e representações de um grupo diante de um tema (Pataro & Calsa, 2020), aqui escolhido como as vulnerabilidades das trabalhadoras e a violência. Os dados quantitativos serviram para a compreensão do contexto em que vivem as mulheres deste estudo e suas condições sócio demográficas e foram organizados e tabulados através do programa *Microsoft Excel*. Os Grupos Focais, geraram dados qualitativos que tiveram objetivo de aprofundar a discussão sobre a situação de vulnerabilidade das mulheres e seu cotidiano, relacionando com a possível violência doméstica sofrida e o que apontam os teóricos que trabalham com as questões de gênero.

Resultados

Como primeiro resultado desta pesquisa apresenta-se o perfil das mulheres trabalhadoras que aponta ser um grupo composto por algumas características comuns: em relação ao estado civil observou-se que 53% das mulheres são solteiras e 16% possuem união estável, a amostra se constituiu por baixa escolaridade, 79% das mulheres não possuem ensino fundamental completo, sendo que apenas 8% possuem ensino médio completo. Além disso, as idades ficaram em sua maioria entre 40 e 59 anos (55%) da referida amostra.

Sobre esse perfil, cabe o questionamento se frente aos resultados encontrados nesta amostra de mulheres trabalhadoras com baixa escolaridade, aliada ao fato dessas mulheres estarem em uma idade avançada, possuírem baixa renda e serem em sua maioria solteiras, poderia contribuir para uma condição maior de vulnerabilidade.

Discutindo a vulnerabilidade das mulheres em estudo: características socioeconômicas das mulheres trabalhadoras

Em relação aos fatores analisados, os resultados evidenciaram que, no que tange à renda familiar, 50% das mulheres entrevistadas contam com até um salário mínimo para o sustento próprio e de suas famílias. Ainda no que diz respeito à quantidade de filhos, de acordo com os resultados obtidos, 67% delas possuem entre um e quatro filhos, já em relação ao número de pessoas no domicílio, evidenciou-se que a maioria das pesquisadas (53%) moram com mais de três pessoas. Historicamente, as mulheres empobrecidas trabalham para sustentar suas famílias de maneira complementar ou integralmente. O modelo familiar patriarcal foi instituído no Brasil desde a colonização e, após, foi somente sendo adaptado e reajustado de acordo com as condições sociais do país. Ou seja, a posição da mulher enquanto membro da família demonstra, desde o princípio, a discriminação de gênero existente. Desta forma, salienta-se que cabe a elas a responsabilidade pela educação dos filhos e pelo trabalho doméstico, sendo assim, essa dupla, ou tripla, jornada de trabalho gera sobrecargas e acúmulos de deveres e atribuições (Corrêa et al., 2021).

Ademais, destaca-se que a permanência de todos os membros do núcleo familiar dentro das pequenas casas contribui, indubitavelmente, no que diz respeito aos conflitos interpessoais no âmbito da família. Nesse contexto, é evidente que há o agravamento de situações de estresse, depressão e angústia, aumentando, conseqüentemente, a tensão em decorrência do desemprego, fato que contribui consideravelmente para o aumento da violência intrafamiliar.

Ainda que uma mulher não tenha seus próprios filhos, ela é vista como naturalmente cuidadora (capaz de “maternar”), não somente podendo como devendo empregar esse “dom” no cuidado de outras pessoas, a exemplo de pais, irmãos, sobrinhos, doentes da família, etc. Além disso, esse cuidado se desdobra em uma naturalização dos cuidados domésticos, cabendo à figura feminina também, na maioria dos casos, os serviços da casa. Essa naturalização coloca a mulher em situação de intensa sobrecarga e invisibiliza o trabalho e dispêndio de tempo-energia-força implicado no trabalho doméstico (Zanello, 2018).

Dessa forma, a partir dos dados encontrados na pesquisa, é possível inferir que a sobrecarga de papéis assumidos pelas mulheres frente às dificuldades sociais e econômicas pode contribuir para uma exposição maior à violência familiar. Cabe lembrar que as mulheres, muitas vezes é determinado o papel de mãe, chefe de família e única responsável pelos filhos. No Grupo Focal, realizado em 2021, quando o assunto discutido foi sobre o papel de mãe e o relacionamento com os filhos, Rosa relatou:

“eu tenho uma filha né que não mora comigo porque eu sou separada, ela já tem a casa dela e a vida dela, e como é minha relação com ela? É uma relação

muito boa a gente não é mãe e filha a gente é muito amigas, hoje ela é minha confidente eu falo com ela dos meus problemas pessoais de mulher né, então ela pra mim ela é minha confidente, minha psicóloga, eu passei por problemas com pai dela no casamento então pra mim a minha filha me escutou muito e na minha separação né nos meus 20 anos de casamento foi a minha filha que me incentivou a sair daquele, sabe, daquele casamento que me oprimia, foi a minha filha então a minha filha pra mim é tudo a relação que eu tenho com ela é coisa fora do normal, eu sempre vou proteger ela também”.

Da mesma forma, foi externado por Violeta: *“meus filhos é tudo pra mim são meus companheiros passam luta e sofrimento comigo, mas tão sempre do meu lado”*. Cravo relata algo semelhante: *“tenho dois filhos, um de dois anos e um de dez, faço tudo por eles, a gente é muito grudado um com o outro e é muito difícil separar deles, eu protejo muito eles”*. Já em sua fala, Margarida afirma que: *“a minha filha não mora comigo e nós não se demo muito bem porque ela me trais muito problema é isso”*. No mesmo sentido, outra entrevistada, Bromélia, respondeu: *“tenho 5 filhos, a gente se dá bem, só que tem uns que são meio né, meio diferente né”*.

Verifica-se que é delegado a essas mulheres o papel de chefe de família, o que gera, na maioria das vezes, atribuições excessivas que, conseqüentemente, resultam em casos de baixa autoestima, ansiedade, medos e frustrações. É possível perceber, nesse contexto, que tal encargo gera um aumento considerável quanto à exposição a situações de vulnerabilidade social.

À vista disso, na análise dos relatos dessas mulheres, é possível compreender que tais depoimentos expressam, um sentimento de responsabilidade, proteção e apego excessivo, tanto físico como emocional, para com os filhos. Na sequência, evidencia-se, ainda, uma situação conflituosa entre mães e filhos, percebida a partir da dificuldade em verbalizar tal condição de sobrecarga, uma vez que foi possível perceber o desconforto delas diante dessa situação, sobretudo pela dificuldade em externar seus sentimentos.

Lemos e Kind (2017) apontam que a contemporaneidade delimita o papel da figura feminina. Isso porque é atribuído às mulheres determinadas incumbências que fazem com que a sociedade as visualize como um sujeito de múltiplas facetas. Os problemas são agravados ainda mais pela discriminação nas relações sociais – trabalho, família, etc. – e pela sobrecarga com as responsabilidades advindas do trabalho doméstico e cuidado com os filhos. Alegam também os autores que outras variáveis como raça, etnia e situação de pobreza realçam ainda

mais essas desigualdades. Nota-se que as mulheres são, muitas vezes, postas em segundo plano, sobretudo pelos inúmeros encargos que são a elas designados, fazendo com que estas, em tempos de constante mudança social, sejam forçadas a assumirem um papel de protagonismo nas suas vidas e no espectro social e familiar no qual estão inseridas e, por conseguinte, a figura materna é um exemplo disso.

Além disso, em razão da vulnerabilidade social, a figura da mulher acaba tendo papel central, pois, muitas vezes, por circunstâncias da própria realidade, ela assume sozinha a função de chefe de família. De forma geral, elas permanecem em empregos precários e vulneráveis, além de receberem os piores salários e possuírem jornadas extensas, fruto da acumulação do trabalho remunerado com serviços de cuidado do lar (IPEA, 2019).

Ademais, desde sempre mulheres acumulam diferentes atividades e são cobradas por um senso de responsabilidade e cuidado, além disso, são ensinadas, ainda meninas, que esse é o seu papel, que ela deve cuidar do que é dela e do que é do outro. Na atual sociedade, a capacidade de gestar foi associada à capacidade de cuidar, o que naturalizou nas mulheres o papel de cuidar das tarefas domésticas, dos filhos e de outros membros familiares. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) retratam um panorama que corrobora essa ideia: a mulher dedica em média 20,9 horas/semanais nas atividades domésticas, enquanto os homens destinam 10,8 horas/semanais.

Também a partir das discussões nos Grupos Focais, evidenciou-se que as participantes normalizam o fato de o papel da mulher ser de prover e cuidar da família, pois afirmam quando questionadas sobre “O que é ser mulher para você?” Rosa respondeu: *“então, pra mim ser mulher é ser forte, é ser tudo, é ser o esteio da casa é tomar conta de tudo, tomar conta da gente também, então pra mim, ser mulher é isso”*. Margarida relata: *“pra mim é toma conta dos filho, da casa, do marido, é tudo...”*. Bromélia diz: *“ser mulher pra mim acho que é tudo, é a família...”*. Apenas Violeta apresenta uma outra dimensão que é o ser guerreira, batalhadora, que também pode estar relacionado ao conseguir dar conta das dificuldades do dia-a-dia: *“ser mulher pra mim é ser guerreira forte e batalhadora...”*.

Em relação à coleta de dados realizada através dos questionários, ao final destes, foram colocadas questões sobre a drogadição e outros temas que demonstram características de cunho social, contendo os índices de familiares envolvidos com drogas e também questões com a justiça, o que nos remete à discussão sobre vulnerabilidade social e sua associação à violência familiar. Assim, ao analisar os resultados, verificou-se que das mulheres que participaram da pesquisa, 14% afirmaram ter um familiar envolvido com drogas, e 13% afirmaram ter tido algum familiar que já foi preso. Contudo, verificados os percentuais de mulheres que não

responderam às questões relacionadas à drogadição e à criminalidade, chegou-se ao percentual de 38%, número que pode evidenciar a possibilidade de negação e/ou omissão, pelo fato de não se sentirem confortáveis para abordar o tema. Talvez pela pesquisa ter sido realizada no ambiente de trabalho, o que pode ter suscitado alguma desconfiança em relação ao como estas informações seriam utilizadas pela pesquisadora.

Outro aspecto que merece consideração e que, inclusive, já foi apontado no artigo é a questão da violência familiar que, seja física, psicológica ou emocional, está presente em grande parte das famílias vulneráveis. Ainda, infere-se que a violência familiar, de alguma forma, passa a ser naturalizada pelas mulheres cuja fragilidade e vulnerabilidade não permite que se libertem de tal situação (Zirbel, 2020). Em evidência a isso, quando questionadas, sobre “Como é a sua relação com o seu companheiro (a)?” ficou explícito que algumas sofrem ou sofreram com relacionamentos abusivos, conforme verifica-se nos relatos que seguem:

“Bem, hoje eu não tenho mais companheiro, porque como eu falei antes né pra você foram 20 anos de um casamento bem complicado, bem complicado mesmo e eu passei muito trabalho até pra poder sair dessa situação, então hoje, eu hoje eu uma pessoa com quem eu saio me divertir, a gente meio que namora a gente fica, e hoje eu tenho uma relação legal com essa pessoa mas não tenho assim um marido, um companheiro que vive comigo né por que não, graças a Deus eu consegui né sair dessa situação.” (Rosa).

“O meu primeiro marido a gente..., passei muito trabalho com ele, era uma pessoa ruim, era ruim pra mim e meus filhos, daí me separei dele, passei um tempo sozinha com meus filhos, depois arrumei outra pessoa que era muito boa pra mim pro meus filhos, só que aconteceu que ele acabou morrendo, dali pra cá eu não arrumei mais ninguém, daí não quis mais arrumar mais ninguém”. (Bromélia).

E por fim Violeta refere em sua fala: *“Não tenho companheiro e “minha companheira” foi muito ruim pra mim e pro meu filho, não pretendo ter mais companheiro.”*

Importante mencionar nesta reflexão, que uma das faces do patriarcado é, justamente, uma espécie de pacto entre homens para garantir a sujeição e exploração das mulheres. O pacto implica que todos eles se coloquem no lugar de dominadores e que todas as mulheres sejam submetidas. As exceções são punidas com variados graus de violência. A relação de poder que subjuga a mulher também é estabelecida de forma a manter este pacto (Zirbel, 2020), percebe-

se isso na fala das mulheres trabalhadoras, quando questionadas sobre se “já sofreu algum tipo de violência?” Rosa e Bromélia apresentam afirmações semelhantes:

“eu nunca sofri violência física, meu marido nunca me levantou a mão, mas ahh..., eu sofri outro tipo de violência com ele que era aquela coisa de ahh, tu não faz nada direito, ah tu tá gorda, tu não te cuida, sabe, tipo ah não fico em casa porque não tem graça, né, então esse tipo de violência, mas violência física eu mesmo nunca sofri, até porque ele nem era louco né... mas enfim, a gente tem, eu eu sofri mas depois eu vim descobri que isso era uma violência.” (Rosa).

“já sofri muita violência com meu primeiro marido, não de apanhar, mas ele sempre me botava lá em baixo dizia coisas assim que no fim eu acabei acreditando que era aquilo, que, daí eu entrei em depressão porque tive muito bah, passei... me achava a pior mulher do mundo, a mulher mais feia, mais esquisita porque ele me pisava demais dizia coisas muito ruim pra mim depois me separei dele fiquei muito tempo sem namorar, sem nada porque eu achava que aquilo que ele tinha me falado era verdade aí depois eu arrumei outra pessoa que mostrou que não era aquilo que ele tinha falado.” (Bromélia).

Em seu relato, Margarida confirma já ter sofrido com violência física, *“já sofri violência, teve uma vez que ele até quebrou meu nariz, já sofri muito tempo que ele bebia, apanhava na rua, eu sofri muito na mão dele, mas agora Graças a Deus ele parou.* Assim como Violeta: *“Eu tive violência, meu marido me batia e eu dei Graças a Deus que ele saiu de casa e sumiu”.*

Através dessas falas, fica evidente o sofrimento físico e psicológico vivenciado pelas participantes em suas relações conjugais, o que as coloca diante da sociedade em um lugar totalmente subjugado e inferiorizado. Tal fato apenas corrobora o conceito de que a violência é um fenômeno recorrente na história da humanidade e é produzida em meio aos arranjos sociais. Ainda na esteira da discussão sobre a vulnerabilidade da mulher, no relato de Rosa sobre “o que ela entende por violência familiar?”

“Então, entendo que é tudo isso..., violência familiar não é só quando se agride, mas é como quando se deixa a gente como mulher num nível inferior a eles, né, aí eu sou o homem da casa eu mando tu me obedece né, eu saio eu posso fazer festa mas a minha esposa não pode sair, então, eu entendo como violência isso também né.”

Relacionado a tal relato, o presente artigo dialoga com diversos autores, incluindo Oliveira Martins e Costa (2022) que referem que as políticas em si não têm o poder de realizar as mudanças que pretendem, sendo necessário observar como são construídas as crenças sobre as práticas e como estas se inserem no cotidiano das instituições. Diante disso, cabe destacar a importância de uma análise qualitativa mais aprofundada, para compreender se, a mulher que se encontra em situação de vulnerabilidade, aliada à instabilidade do cotidiano, ao contexto social em que vive, teria sua história de vida influenciada por disfunções no âmbito familiar e, entre elas, a violência.

Assim, considerando a temática em questão, é necessário pensar sobre o fato de que, a violência contra a mulher é hodiernamente reconhecida como um tema de preocupação internacional, contudo nem sempre foi assim. Em uma perspectiva histórica, o processo de domesticação e normatização do corpo feminino, pode ser visto como um mecanismo de controle social, o qual reforça o conceito ideológico vinculado ao papel da mulher na sociedade, fator este responsável por contribuir exponencialmente no desencadeamento de inúmeras formas de violência, uma vez que a própria mulher é enxergada como uma propriedade particular, sem direito à vontade própria, fato que evidentemente corrobora com a normalização da violência.

Além disso, conforme bem explica Saffioti (2015), a magnitude do trauma não guarda proporcionalidade com relação ao abuso sofrido. Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito.

Essa recente percepção e consciência que parte da sociedade atingiu atualmente, foi fruto de um trabalho incansável e articulado de diversos grupos, sendo os movimentos de mulheres os principais responsáveis por retirar do sigilo a dor e o medo de gerações de mulheres, dando voz a estas. Nesse âmbito, por meio do desenvolvimento dos meios de identificação de possíveis situações que configuram violência, física ou emocional, a “legítima defesa da honra masculina”, que por muito tempo foi legal e socialmente aceita, deixou de ser e passou a ser crime, com código penal e cumprimento de pena, sendo enquadrado na Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, 2006).

No que tange às dimensões práticas dos estudos de Saffioti sobre o patriarcado e suas manifestações, a socióloga pesquisou sobre a violência contra as mulheres no Brasil. A partir da pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, cujos dados foram organizados pela Fundação Perseu Abramo e seu Núcleo de Opinião Pública (NOP), é possível

levar à luz aspectos antes obscuros sobre a natureza desse tipo de violência e suas consequências. De ordem empírica, a pesquisa foi conduzida a partir de entrevistas direcionadas a meninas (estas, principalmente, ao estudar abuso sexual) e mulheres, durante os anos de 1988 e 1992. Muitos dos dados foram coletados em casas-abrigo para vítimas de violência. Outra pesquisa, realizada neste mesmo período intitulada “Violência doméstica: questão de polícia e de sociedade” realizou cerca de 300 entrevistas, englobando aspectos físicos e psicológicos da violência direcionada às mulheres no Brasil, bem como a elaboração de dados estatísticos acerca da realidade dessa parcela da sociedade que vivencia a agressão (Saffioti, 2015).

Desse modo, compreende-se que o tema deste artigo, por mais que não seja original, segue atual, pois há muito ainda por fazer para que tenhamos igualdade entre os gêneros e uma sociedade mais justa e mais solidária. Por conta disso, percebe-se, mesmo que de maneira subjetiva, apesar de a temática em questão ser contínuo objeto de estudo, amplamente discutida não só a partir de movimentos feministas, mas também na mídia, que a mulher tem grande dificuldade em assumir seu lugar de fala. Isso, porque, em sua grande maioria, as mulheres ainda são vítimas silenciosas da violência doméstica, tendo em vista a dificuldade existente em denunciar alguém tão próximo que muitas vezes, faz parte do meio familiar. No entanto, acredita-se que só o enfrentamento dessas situações contribuirá para que elas superem suas experiências negativas e, por fim, encontrem forças para reconstruir suas trajetórias.

Considerações finais

Este artigo objetivou refletir sobre a condição de mulheres em vulnerabilidade social e sua relação com o fenômeno da violência familiar. A partir desse estudo, verificou-se que as mulheres trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social possuem, em grande parte, diversas características comuns, quais sejam, a pouca escolaridade, baixa condição socioeconômica, construção familiar desestruturada, além da possível naturalização da violência, que é agravada pela falta de compreensão necessária do contexto da violência familiar e, por consequência, do enfrentamento da mesma.

Cabe ressaltar, ainda, que para se combater de maneira efetiva a violência contra a mulher é necessário que os setores de saúde, segurança pública, justiça, educação e assistência social consigam, juntos, propor ações que irão ajudar na desconstrução das desigualdades de gênero, combater as discriminações e promover o empoderamento da mulher, além de garantir um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situações de vulnerabilidade.

Portanto, o enfrentamento à violência contra a mulher está diretamente ligado à prevenção, à assistência e à garantia de direitos das mulheres (Brasil, 2011).

Dessa forma, por tratar-se de uma temática extremamente sensível e histórica, ainda será necessário tentar entender, na sua individualidade, mas também no contexto social mais amplo, qual o principal temor das mulheres para fazerem a denúncia, enquanto um pedido de ajuda. Aqui na experiência desta pesquisa, as mulheres em sua maioria chefes de família, vivendo em zonas periféricas e sem uma profissionalização, vivem do trabalho temporário, como alternativa de subsistência, sofrem ou já sofreram de alguma situação de violência familiar.

Assim, para finalizar esta reflexão, cabe salientar a importância do fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento e, de prevenção à violência, que foram sempre tão poucas e tão frágeis (com poucos investimentos governamentais), avaliar e dar visibilidade as medidas existentes que são capazes de proteger a mulher que consegue denunciar e sair (quebrar), o ciclo da violência.

Referências

- Adames, B., Bonfíglio, S. U., & Becker, A. P. S. (2018). Acolhimento psicológico para mulheres vítimas de violência conjugal. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(2), 1–12. http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/2980
- Aguiar, N. F. (2015). Patriarcado. In E. Fleury-Teixeira, & S. N. Meneghel (Orgs.), *Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência* (pp. 270-272). Editora Fiocruz.
- Arboit, J., Costa, M. C., Silva, E. B., Colomé, I. C. S., & Prestes, M. (2018). Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. *Saúde e Sociedade*, 27(2), 506-517. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018169293>.
- Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, 29(2), 449-469. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>
- Batista, A. P., Medeiros, J. L., & Macarini, S. M. (2017). Violência conjugal e as delegacias especializadas: as implicações da judicialização dos conflitos. In A. P. Batista & J. L. Medeiros (Orgs), *Psicologia e polícia: diálogos possíveis* (pp. 103-122). Juruá.
- Bauermann, A. C., & Lutinski, J. A. (2022). Vulnerabilidades associadas às mulheres agricultoras familiares em municípios da região oeste de Santa Catarina. *Saúde (Santa Maria)*, 47(1), e66352. <https://periodicos.ufsm.br/revistasauade/article/view/66352>

- Brasil. (2011). Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República.
<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>
- Carmo, M. E., & Guizardi, F. L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(3), e00101417. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00101417>
- Chagas, E. R., Oliveira, F. V. A., & Macena, R. H. M. (2022). Mortalidade por violência contra mulheres antes e durante a pandemia de Covid-19. Ceará, 2014 a 2020. *Saúde em Debate*, 46(132), 63-75. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213204>
- Corrêa, M. D., Moura, L., Almeida, L. P., & Zirbel, I. (2021). As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico. *Saúde e Sociedade*, 30(2), e210001. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021210001>
- Durand, M. K., Heideman, I. T. S. B., Rumor, P. C. F., Vendruscolo, C., Belaunde, A. M. A., & Souza, J. B. (2021). Possibilidades e desafios para o empoderamento feminino: perspectivas de mulheres em vulnerabilidade social. *Escola Anna Nery*, 25(5), e20200524. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0524>
- Ferreira, P. C., Batista, V. C., Pesce, G. B., Lino, I. G. T., Marquete, V. F., & Marcon, S. S. (2020). Caracterização dos casos de violência contra mulheres. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, 14. <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.243583>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (16 jul. 2020). Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. Editoria: Estatísticas Sociais.
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] (15 mar. 2019). *Mulheres ganham 76% da remuneração dos homens*. IPEA.
https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34627
- Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006*. (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

- Lemos, R. F. S., & Kind, L. (2017). Mulheres e maternidade: faces possíveis. *Estudos E Pesquisas Em Psicologia*, 17(3), 840–859.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-42812017000300003&lng=pt&nrm=iso
- Lira, K. F. S. (2019). Relações de gênero, poder e violência contra as mulheres: um estudo sobre o Sertão brasileiro. *La ventana. Revista de estudios de género*, 6(50), 331-362.
http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362019000200331&lng=es&tlng=pt
- Oliveira Martins, T., & Costa, J. F. A. (2022). Concepções de profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial sobre promoção da cidadania. *Revista Psicologia, Diversidade E Saúde*, 11, e4054. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2022.4054>
- Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS]. (29 jun. 2022). Violência contra as mulheres. Tópicos website OPAS. Recuperado em 29 jun. 2022, de <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>
- Pataro, R.F., & Calsa, G.C. (2020). Reflexões sobre a pesquisa com grupos focais nas ciências sociais e humanas: a questão da quantidade de participantes, proveniência e local de organização. *Revista Ciências Sociais p*, 56(1), pp. 01-12.
<https://doi.org/10.4013/csu.2020.56.1.01>
- Saffioti, H. I. B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4), 82-91. <https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000400009>
- Saffioti, H. (2015). *Gênero, Patriarcado e Violência* (2ª ed.). Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo. https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris Editora.
- Zirbel, I. (2020). Cuidado, masculinidades e responsabilidade social. *Revista Mais que Amélias*, 7, 1-24. https://8817bea9-051e-4071-aa02-bb0ea330c83e.filesusr.com/ugd/cafbb5_eaafd0741c0f4d4899b325efeaaedabc.pdf

4 DESCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO

O presente estudo, teve como propósito direcionar um olhar para as mulheres trabalhadoras sazonais, compreender se sofriam violência doméstica e, em caso positivo, como percebiam essa violência. Além disso, buscou-se elucidar, a importância do envolvimento das empresas a partir de uma análise mais aprofundada, sobre a realidade das trabalhadoras em suas relações alheias ao contexto laboral.

Nesse cenário, Carvalho (2012) conceitua que, trabalhar de forma sazonal significa exercer uma atividade laboral durante certos períodos do ano, estando essa regularidade produtiva comprometida, devido à sazonalidade. Em adição, o trabalho sazonal, é característico, via de regra, dos setores de atividade econômica como a agricultura e o turismo. Neste ponto, é importante evidenciar que a duração da relação de emprego é sem dúvida um dos indicadores a ter em atenção quando se avaliam as situações de vulnerabilidade (Barker e Christensen, 1998, citado por Almeida, 2009).

Dessa maneira, ao longo do processo de investigação, ratificou-se a necessidade de pensar em um produto técnico que fosse capaz de transpor as barreiras limitantes entre a empresa e seus empregados, legitimando o fato de que, as organizações não só podem como devem, se comprometer com melhores condições de vida das suas trabalhadoras sazonais e, direcionar recursos, de forma que estas mulheres, ao terem seus contratos de trabalho encerrados, estivessem suficientemente preparadas para buscar outras alternativas de renda para seu sustento e com isso, minimizar sua condição de vulnerabilidade. Entendemos fundamental ainda, que o produto técnico trouxesse relevância para o presente estudo, impactando as organizações, a partir de clara compreensão sobre a necessidade de as mulheres serem de fato escutadas e, principalmente protegidas, reverberando cuidado, respeito e empatia.

Diante do exposto, cabe aqui salientar que, explorou-se várias possibilidades, entre elas protocolos, cartilhas, mas nada com aderência ao contexto corporativo, foi então, que pensando nos processos e modelos organizacionais já existentes, criou-se um híbrido entre comunicação e informação. Definiu-se, portanto, como produto técnico, a produção de um documentário em formato de vídeo, o qual em consonância com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é classificado como produto técnico do tipo Mídia que compreende outras formas de comunicação de massa, em suas diversas plataformas (BRASIL, 2019).

Neste contexto, o referido produto, é composto pela narrativa com toda trajetória desse projeto e seus resultados, a partir dos relatos das mulheres em estudo, sobre as temáticas abordadas durante suas participações nos grupos de trocas. Compreende-se que, é um produto

de impacto relevante, à medida que pode ser utilizado como disparador para outros grupos em outras empresas e pode ser replicado e implantado nas filiais da empresa multinacional em que o projeto piloto foi desenvolvido.

Ademais, o documentário foi denominado “Mulheres Girassol”, cujo nome teve como premissa a imponência e sabedoria do girassol, o qual, segundo lendas populares, representa luz, amor, força, altivez, entusiasmo, o que está alinhado ao com o objetivo do estudo. Por conseguinte, a temática deste produto foi, mulheres em vulnerabilidade social e a possibilidade de enfrentamento da violência doméstica a partir do apoio da organização, cuja pesquisa, foi desenvolvida durante o mestrado profissional em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), vinculada à linha de pesquisa Práticas Sociais, Organizações e Cultura.

Assim, a produção do documentário ocorreu na sede da organização parte deste estudo, o mesmo foi pensado e idealizado pela pesquisadora, contudo, sua estruturação contou com uma empresa especialista na área de multimídia, a qual recebeu da pesquisadora a proposta com o devido cronograma e estruturou dentro dos padrões técnicos necessários para que fosse transformado em vídeo. Cabe ressaltar que, esta empresa participou como parceira sendo seus honorários, valores inferiores aos praticados no mercado, por se tratar de um estudo de relevância social, ainda assim, os valores foram custeados pela empresa em estudo, conforme já mencionado.

É importante destacar que, evidentemente, antes de dar início à produção, alguns acordos foram firmados entre as partes envolvidas, sendo o principal deles, manter o anonimato das participantes em estudo, com isso, durante as gravações suas identidades seriam preservadas, já a pesquisadora, faria a narrativa do vídeo e sua imagem poderia ser divulgada por livre e espontânea vontade. O passo a passo das gravações foi, inicialmente, organizado entre a pesquisadora e as mulheres trabalhadoras participantes do estudo, na sequência, o cronograma foi encaminhado à empresa parceira que estruturou o vídeo e coordenou as gravações dentro dos padrões técnicos necessários.

Com base nos propósitos deste estudo, que foram não só evidenciar a mudança comportamental nessas mulheres, com a possibilidade de enfrentamento das situações de violência, mas também despertar a consciência quanto à importância da participação das empresas, fortalecendo suas colaboradoras para enfrentar a problemática da violência e minimizar sua condição de vulnerabilidade, o documentário, denominado Mulheres Girassol, foi amplamente divulgado no intuito de alcançar o maior número possível de empresas na região. Ademais, atualmente, o “Mulheres Girassol” se transformou em um programa de responsabilidade social, da organização em estudo;

Sob esse viés, de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em relação ao produto técnico conceitua-se como relevância/utilidade: é a importância que se atribui ao resultado (Produtos) de um processo ou conjunto de atividades. A importância é atribuição do cliente/receptor e não do executor, ou seja, a importância depende da utilidade que o cliente externo possa enxergar ao buscar satisfazer uma dada necessidade ou problema. (BRASIL, 2019).

A partir das questões acima mencionadas, é relevante ressaltar que, o documentário supracitado, também foi compartilhado para clientes e fornecedores, proporcionando uma efetiva divulgação a nível global na companhia. Inclusive, o produto foi solicitado por um grupo multinacional, parceiro da empresa em estudo, no intuito de incluí-lo numa plataforma de capacitações. Além disso, esta mesma organização solicitou que o projeto fosse implementado em uma unidade no Nordeste, em uma fazenda, onde possuem trabalhadoras contratadas em que a sua condição de vulnerabilidade é similar às do presente estudo.

Ademais, outro resultado muito significativo, refere-se ao fato de que, ao longo dos encontros recebemos declarações impactantes e muito positivas, sendo a principal delas, quando uma das participantes, a mesma que falou abertamente que sofria violência, informou ao grupo que havia feito vestibular e retomaria seus estudos, graças ao incentivo que encontrou nos encontros.

Por fim, desejamos que a proposta contribua veementemente com essa temática tão relevante que é a vulnerabilidade da mulher e possa alicerçar as organizações na construção de um modelo de gestão mais eficiente e principalmente humanizado.

Link do documentário:

[\(PT-BR\) 1358.3 Vídeo documentário Mulheres Girassol.mp4 \(dropbox.com\)](#)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após leituras sobre o tema da violência contra a mulher, os relacionamentos abusivos que estas se submetem e sua condição de vulnerabilidade, entende-se que tal temática ainda carrega muitas crenças que limitam o aprofundamento da discussão, sendo a principal delas o fato de que a própria mulher, por vezes, ainda não possui clareza em relação ao seu lugar na sociedade. Compreende-se que falar sobre a mulher, sobre a possibilidade de considerar a violência como algo comum em sua realidade sociocultural, vai muito além das pesquisas científicas. Necessita-se, sim, de ações efetivas, políticas públicas para o enfrentamento da questão social, mas, acima de tudo, depende da desconstrução de um modelo de sociedade patriarcal, que traz enraizado na relação entre o homem e mulher o fato de que ela nasceu para servir, enquanto ele, para ser servido.

Ademais, criticar o modelo patriarcal e analisar sua evolução histórica é uma questão relevante, mas não suficiente, considerando que, quando se aborda sobre a condição feminina, muitos entendem erroneamente, ou até mesmo, por preconceito, como vitimização, talvez pelo fato de que a fragilidade feminina é uma invenção do próprio patriarcado. Nessa perspectiva, o Brasil se torna em função do conservadorismo, cada dia mais atrasado e, por consequência, um país imerso na obscuridade no que tange ao tema gênero e desigualdades, sobretudo quando não permite que essa questão seja parte da educação nacional.

O estudo mostrou que a mulher entende a violência sofrida como algo cultural, sobretudo por não ter clareza sobre o que de fato se caracteriza como uma relação abusiva, mas principalmente por não reconhecer o seu papel enquanto mulher, o seu direito ao lugar de fala, de pertencimento na sociedade, de igualdade entre os gêneros. Ao analisarmos os discursos que compuseram a primeira parte deste estudo antes de iniciarmos a intervenção, identificamos que as trabalhadoras não se reconhecem como um ser individual, uma vez que a percepção que possuem de si é sobre serem fortes para poder ajudar outrem, no caso específico, maridos e filhos.

Assim, percebemos que as mulheres que fizeram parte deste estudo, que vivem em condições de vulnerabilidade social, estão inseridas em tal realidade desde a família de origem, as quais inclusive, reforçaram sua posição de submissão. Nesse cenário, inferimos que, na vida destas mulheres, a violência foi cíclica, iniciando na família de origem, perpassando pela relação conjugal e, muitas delas, atualmente, vivem a mesma condição com os filhos, que, já na fase adulta, estão reproduzindo o ciclo do qual fizeram parte. Nesse sentido, durante o processo de intervenção, ficou explícito o quanto estas mulheres precisam de apoio, uma vez

que se sentem incapazes de se olhar e de fato se enxergar, haja vista as várias manifestações para que mantivéssemos os encontros periódicos.

Outra percepção que o estudo apresentou está relacionada ao fato de que as mulheres que sofriam por conta do comportamento abusivo dos filhos adictos não se sentiram confortáveis em externar tal situação, optando inclusive por abandonar o processo de intervenção. Portanto, entendemos que seja de extrema relevância não só discutir o silenciamento gerado em torno da vulnerabilidade das mulheres trabalhadoras, mas também que sejam implementadas políticas públicas de auxílio às mulheres em condição de vulnerabilidade social. Evidencia-se também a importância da participação das empresas na construção pela busca do fortalecimento e valorização da mulher, sobretudo, dando voz às questões que, via de regra, entende-se como “problemas pessoais” e desmistificando o fato de que o empregador não pode se envolver em assuntos familiares, quando há nítida violação dos direitos da mulher.

Dito isso, entende-se que as empresas são peças fundamentais para tecer essa rede de proteção que, embora haja muitas iniciativas do setor público, ainda são frágeis e limitadas.

Vale ressaltar, ademais, que há questões que futuramente poderiam ser discutidas acerca da vulnerabilidade social das trabalhadoras. Assim, seria pertinente instigar projetos oriundos de outras empresas, que pautassem pela saúde física e mental dessas mulheres, uma vez que há necessidade de uma rede de proteção social, que contemple o autocuidado e o apoio psicossocial.

Cabe ressaltar ainda as fragilidades do estudo, a saber, a resistência de algumas mulheres em relatar episódios de agressão, a desistência da participação no projeto por conta de fatores não claramente esclarecidos. Outra questão relevante seria discutir o silêncio diante da importância da saúde mental e suas implicações, considerando aquilo que não foi dito nos relatos das participantes da pesquisa. Tais questões embasariam significativamente os estudos relacionados à saúde mental das mulheres em condições de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

- ALGERI, S.; SOUZA, L. Violência contra crianças e adolescentes: um desafio no cotidiano da equipe de enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 4, p. 625-631, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692006000400023>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- ANTONIASSI JUNIOR, G. *et al.* Adoecimento psicossomático em mães que estão expostas a vulnerabilidade dos filhos adictos. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 1–15, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000200005. Acesso em: 20 dec. 2020.
- BASAGLIA, A. E.; SOUZA, M. A. de. Estudo de caso: funcionamento psíquico da mãe do adicto a drogas. **Revista Avaliação Psicológica**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 395–402, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15689/ap.2015.1403.11>. Acesso em: 20 dec. 2020.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 dec. 2020.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 20 dec. 2020.
- BRASIL. **Produção técnica**. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/pt/relatorios-tecnicos-dav>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BRAZ, E. Entenda os riscos do consumo de bebida alcoólica. **Viva Bem uol**. [S.l.], mar. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2019/03/02/entenda-os-riscos-do-consumo-de-bebida-alcoolica.htm?next=0001H899U187N>. Acesso em: 20 dec. 2020.
- BUTLER, J. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex.”** London; New York: Routledge, 1993.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CAFÉ FILOSÓFICO CPFL. **Mal-estar, Sofrimento e Sintoma | Christian Dunker**. YouTube, 03 jul. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GV-75hpCdJY>. Acesso em: 12 Dez. 2020.

CARVALHO, R. **Trabalho Sazonal - Experiências e Estratégias de Reacção dos Trabalhadores de uma Empresa Turística do Algarve**. 2012. Dissertação (Mestre em Ciências do Trabalho e Relações Laborais) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6173/1/Tese%20ROSSANO.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CASTRO, N. B. de; LOPES, M. V. de O.; MONTEIRO, A. R. M. Baixa autoestima crônica e baixa autoestima situacional: uma revisão de literatura. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 73, n. 1, p. e20180004, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/50376>. Acesso em: 12 dez. 2020.

CHASSOT, C. S.; SILVA, R. A. N. da. A pesquisa-intervenção participativa como estratégia metodológica: relato de uma pesquisa em associação. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30, p. e181737, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30181737>. Acesso em: 12 dez. 2020.

CURIA, B. G. *et al.* Produções Científicas Brasileiras em Psicologia sobre Violência contra Mulher por Parceiro Íntimo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 40, n. 40, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003189184>. Acesso em: 12 dez. 2020.

ECHEVERRIA, J. G. M.; OLIVEIRA, M. H. B. de; ERTHAL, R. M. de C. Violência doméstica e trabalho: percepções de mulheres assistidas em um Centro de Atendimento à Mulher. **Saúde em Debate**, [s. l.], v. 41, n. spe2, p. 13-24, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042017s202>. Acesso em: 12 dez. 2020.

ELIAS, E. A.; SOUZA, I. E. DE O.; VIEIRA, L. B. Significados do cuidado-de-si-mesmas de mulheres profissionais de enfermagem em uma unidade de pronto atendimento. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 415-420, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140059>. Acesso em 15 ago. 2022.

EINHARDT, A.; SAMPAIO, S. S. Violência doméstica contra a mulher - com a fala, eles, os homens autores da violência. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 138, p. 359-378, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.217>

ESTECA, F. M. A mãe e o desenvolvimento infantil nas teorias psicanalíticas. *Revista da Universidade Ibirapuera*, São Paulo, v. 4, p. 11-16, jul/dez 2012. Disponível em: <https://www.ibirapuera.br/seer/index.php/rev/article/view/29>. Acesso em: 15 ago. 2022.

FERRAZ, R. B.; TAVARES, H.; ZILBERMAN, M. L. Felicidade: uma revisão. **Revista de psiquiatria clínica**, São Paulo, v. 34, n. 5, p. 234-242, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-0832007000500005&lng=en&nrm=isso. Acesso em: 15 ago. 2022

FREIRE, P.; SCHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GIACOMOZZI, A. I. *et al.* Survey on drug use and vulnerabilities among students from public schools participating in the school health program / health and prevention in schools in

the city of Florianópolis. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 612–622, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000300008>. Acesso em: 12 dez. 2020.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2002000300004>. Acesso em: 12 dez. 2020.

GONDIM, S. M. G.; SIQUEIRA, M. M. M. Emoções e Afetos no Trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (orgs.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Armed, 2004. p. 207–236.

MIRANDA, M. P. D. M.; PAULA, C. S. D.; BORDIN, I. A. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. **Revista Panamericana de Salud Publica**, Washington, v. 27, n. 4, p. 300-3008, 2010. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rpsp/2010.v27n4/300-308>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MENDES, M. C.; CUNHA, J. R. F. da; NOGUEIRA, A. A. A mulher e o uso de álcool. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, [s. l.], v. 33, n. 11, p. 323–327, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-72032011001100001>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MORGAN, D. L. **Focus group as qualitative research**. London: Sage, 1997.

NASCIMENTO, P. Beber como homem: dilemas e armadilhas em etnografias sobre gênero e masculinidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Paraíba, v. 31, n. 90, p. 57-71, fev. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v31n90/0102-6909-rbcsoc-31-90-0057.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

OVIDO, R. A. M.; CZERESNIA, D. O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s. l.], v. 19, n. 53, p. 237–250, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0436>. Acesso em: 12 dez. 2020.

RAMOS, F. V. et al. Concepções de felicidade entre mulheres na meia idade. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 188-214, 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/22312>. Acesso em: 15 ago. 2022.

RODRIGUES, V. P. *et al.* Relações familiares no contexto da violência de gênero. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [s. l.], v. 25, n. 3, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072016002530015>. Acesso em: 19 out. 2020.

RODRÍGUEZ-CARBALLEIRA, A. et al. Taxonomy and Hierarchy of Psychological Abuse Strategies in Intimate Partner Relation-Ships. [Taxonomía Y jerarquización De Las Estrategias De Abuso psicológico En La Violencia De Pareja]. **Anales De Psicología / Annals of Psychology**, [S. l.], v. 30, n. 3, p. 916-920, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.6018/analesps.30.3.154001>. Acesso em 15 ago. 2022.

SARDENBERG, C. M. B. **Conceituando “Empoderamento” na perspectiva Feminista**. In: I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO’.

NEIM/UFBA, Salvador, Bahia, de 5-10 de junho 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspecti-va%20Feminista.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SOUZA, J. M. de *et al.* Aplicabilidade prática do empowerment nas estratégias de promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 19, n. 7, p. 2265–2276, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014197.10272013>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SWANBERG, J. E.; LOGAN, T.; MACKE, C. Intimate Partner Violence, Employment, and The Workplace. **Trauma, Violence, & Abuse**, [s. l.], v. 6, n. 4, p. 286–312, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1524838005280506>. Acesso em: 12 dez. 2020.

TELLO, R. A. L. **Tratamento adequado de conflitos: o efetivo acesso à justiça como forma de promoção do empoderamento social no Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1640>. Acesso em: 12 dez. 2020.

UNODC. **Relatório Mundial sobre Drogas 2020: consumo global de drogas aumenta, enquanto COVID-19 impacta mercados, aponta relatório**. [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2020/06/relatrio-mundial-sobre-drogas-2020_-consumo-global-de-drogas-aumenta--enquanto-covid-19-impacta-mercado.html. Acesso em: 12 dez. 2020.

VASTERS, G. P.; PILLON, S. C. O uso de drogas por adolescentes e suas percepções sobre adesão e abandono de tratamento especializado. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 8 telas, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692011000200013>. Acesso em: 15 ago. 2022.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762001000100001>. Acesso em: 12 dez. 2020.

World Health Organization (WHO). **Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence**. Geneva, Switzerland: World Health Organization, 2010. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44350/1/9789241564007eng.pdf?ua=1>. Acesso em: 15 ago. 2022.

APÊNDICE A – Questionário: Mulheres trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social

Prezada,

Ao preencher o questionário, sinta-se à vontade, caso não queira responder alguma pergunta, para passar para o item seguinte. As informações só serão utilizadas para este estudo e mesmo você fornecendo seu nome e telefone, estes serão utilizados apenas para contatá-la a fim de saber se deseja continuar participando do presente estudo.

- 1) Qual é a sua idade? _____

- 2) Qual a sua escolaridade? (até que série estudou)
 - a) Não alfabetizada.
 - b) Primeira à quarta série.
 - c) Ensino fundamental incompleto.
 - d) Ensino fundamental completo.
 - e) Ensino médio incompleto
 - f) Ensino médio completo

- 3) Qual a sua renda familiar?
 - a) Um salário mínimo
 - b) Menos que um salário mínimo
 - c) Acima de um salário mínimo
 - d) Bolsa família
 - e) Auxílio emergencial
 - f) Outros...

- 4) Qual seu estado civil?
 - a) Casada.
 - b) Solteira.
 - c) União estável.
 - d) Outros...

- 5) Quantos filhos você tem? _____.

- 6) Quantas pessoas vivem na sua casa além de você? _____

- 7) Alguém da sua família já teve ou tem algum envolvimento com drogas? Se sim, qual o grau de parentesco com você? _____

- 8) Alguém da sua família já foi preso? Se sim, qual o grau de parentesco com você?
_____.

ANEXO A – Parecer de aprovação CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MULHERES TRABALHADORAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Pesquisador: JULIANA DA SILVA AVILA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 42009621.0.0000.5343

Instituição Proponente: Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DA NOTIFICAÇÃO

Tipo de Notificação: Envio de Relatório Parcial

Detalhe:

Justificativa:

Data do Envio: 15/12/2021

Situação da Notificação: Parecer Consubstanciado Emitido

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.194.584

Apresentação da Notificação:

Trata-se da apresentação de relatório parcial da pesquisa intitulada "MULHERES TRABALHADORAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIA" cujo pesquisador responsável é JULIANA DA SILVA AVILA.

Objetivo da Notificação:

Relatório Parcial

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não se aplica.

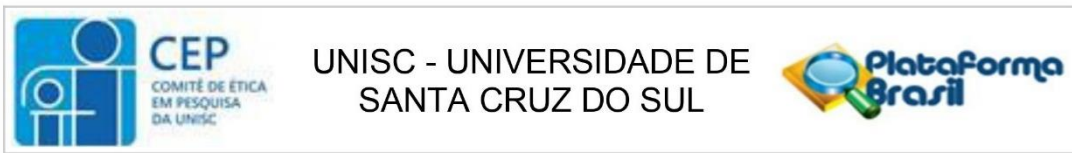
Comentários e Considerações sobre a Notificação:

Não se aplica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Formulário para relatório parcial de pesquisa preenchido corretamente, as informações estão

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306
Bairro: Universitário **CEP:** 96.815-900
UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL
Telefone: (51)3717-7680 **E-mail:** cep@unisc.br



Continuação do Parecer: 5.194.584

claras e objetivas.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Relatório parcial aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Envio de Relatório Parcial	Relatorioparcial1.pdf	15/12/2021 09:01:39	JULIANA DA SILVA AVILA	Postado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA CRUZ DO SUL, 06 de Janeiro de 2022

**Assinado por:
Renato Nunes
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306
Bairro: Universitário **CEP:** 96.815-900
UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL
Telefone: (51)3717-7680 **E-mail:** cep@unisc.br

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) senhor(a),

Você está sendo convidado/a para participar como voluntário do projeto de pesquisa intitulado: “Mulheres trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Psicologia-PPGPSI da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. O processo será realizado nas dependências da empresa, em sala individualizada, garantindo a confidencialidade e privacidade para as entrevistadas, os recursos utilizados serão: gravador de voz e/ou celular, se assim aprovado pelas participantes. O pesquisador responsável por este Projeto de Pesquisa é Juliana da Silva Ávila, que poderá ser contatado a qualquer tempo através do número (51) 98477-9818.

Sua participação é possível pois você atende aos critérios de inclusão, os quais são: 1- ter união estável, 2- atuar na empresa por pelo menos duas safras consecutivas, 3- estar em contrato vigente no mês de fevereiro de 2021. Sua participação consiste em responder a um questionário com informações pessoais como: nome, idade, escolaridade, renda familiar, estado civil e número de filhos.

Nessa condição, é possível que alguns desconfortos aconteçam, como você lembrar de fatos difíceis relacionados ao relacionamento familiar. Por outro lado, a sua participação trará benefícios, como ampliar o conhecimento e reflexão acerca da temática mulheres trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social, podendo ampliar o campo de atuação dessa intervenção, inclusive chamando a atenção das empresas para o tema.

Para sua participação nessa pesquisa você não terá nenhuma despesa com transporte, alimentação, exames, materiais a serem utilizados ou despesas de qualquer natureza. Ao final da pesquisa você terá acesso aos resultados através da divulgação de um documentário em vídeo, com relatos sobre a temática.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____ declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado/a, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados. Ademais, declaro que, quando for o caso, autorizo a

utilização de minha imagem e voz de forma gratuita pelo pesquisador, em quaisquer meios de comunicação, para fins de publicação e divulgação da pesquisa, desde que eu não possa ser identificado através desses instrumentos (imagem e voz).

Fui igualmente informado/a:

- a) da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- b) da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- c) da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- d) do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;
- e) da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa; e,
- f) de que se existirem gastos para minha participação nessa pesquisa, esses serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

O Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação do projeto pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do telefone: (051) 3717- 7680.

Local:

Data:

Nome e assinatura do voluntário

Nome e assinatura do responsável pela
apresentação desse Termo de
Consentimento Livre e Esclarecido